



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER**

**CYNTHIA LETICIA DE OLIVEIRA RIEGER**

**MANIFESTAÇÕES DA CRISE AMBIENTAL NO CAPITALISMO  
CONTEMPORÂNEO NO DISTRITO FEDERAL**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. MARIA LUCIA LOPES DA SILVA**

**Brasília – DF**

Cynthia Leticia de Oliveira Rieger

MANIFESTAÇÕES DA CRISE AMBIENTAL NO CAPITALISMO  
CONTEMPORÂNEO NO DISTRITO FEDERAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de  
Serviço Social, como requisito parcial para obtenção de grau de  
bacharel em serviço social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Lucia Lopes da Silva

Brasília – DF

2015

**CYNTHIA LETICIA DE OLIVEIRA RIEGER**

**MANIFESTAÇÕES DA CRISE AMBIENTAL NO  
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO NO DISTRITO  
FEDERAL**

**Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/ 2015.**

**BANCA EXAMINADORA**

**Profª Drª Maria Lúcia Lopes da Silva**

**Orientadora**

**(Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília)**

**Prof. Dr. Perci Coelho de Souza**

**Examinador Interno**

**(Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília)**

**Doutoranda Marina Leite Melo**

**Examinador Externo**

**(Me. Serviço Social)**

**BRASÍLIA – DF, SETEMBRO DE 2015.**

“Seja a mudança que você quer ver no mundo”

(Mahatma Gandhi)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à professora doutora Maria Lucia Lopes da Silva, pela dedicação, paciência e compreensão durante o processo de elaboração deste trabalho. Para mim foi uma honra tê-la como orientadora e é um orgulho que carregarei sempre.

Agradeço à banca examinadora pela disponibilidade e pela atenção dedicada ao meu trabalho.

Agradeço à Gabriela Ribeiro e à Ailta Barros que me supervisionaram no período de estágio, momento em que me aproximei do curso e desisti de desistir.

À Gabriela Andrade que sem dúvida foi fonte de inspiração para a realização deste trabalho, e é fonte de inspiração para a vida. Sabes o quanto significa na minha evolução como pessoa.

Agradeço aos meus pais, Marta e Osmar, por todas as responsabilidades que assumiram, e dificuldades que superaram para me proporcionar conforto ao longo de toda a minha vida; por compreenderem minha ausência nos períodos intensos da faculdade, e por me cercarem de cuidado e amor, sempre.

Agradeço as famílias Oliveira e Rieger, por acreditarem em mim e pelo imenso carinho que me dedicam, mesmo sendo eu tão ausente. Aos meus amados irmãos, André e Daniel, saibam que para mim vocês são exemplos de força de vontade.

Agradeço imensamente à Marina e à Débora que estiveram comigo desde o início do curso e, mesmo depois de formadas, continuaram me apoiando e me motivando; saibam que vocês me inspiraram a sempre dar o meu melhor. Às amigas que fiz nesse tempo e às amigas que permaneceram, cada uma, em sua particularidade, me acompanhou nessa caminhada inesquecível. Amigos do Centro Acadêmico de Computação, vocês são incríveis! “Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas”. Vocês me cativaram.

Agradeço ao Giovanni, por acreditar em mim até quando eu mesma não acreditava mais; por me motivar, impulsionar, corrigir e não me deixar desistir nos momentos de angústia. Obrigada pelo companheirismo, parceria, amizade e carinho.

Por fim, agradeço a Deus, o mais importante dentre todos, pois foi Ele quem os colocou em meu caminho, pois Ele sabia que sem vocês eu não daria conta.

## **RESUMO**

Este trabalho apresenta as manifestações da Crise Ambiental no Capitalismo Contemporâneo e as formas com que esta se apresenta no Distrito Federal. A partir da revisão bibliográfica, contextualiza-se as fases do capitalismo até se chegar ao atual momento, e a produção destrutiva inerente à ele. Em seguida, apresentam-se conceitos indispensáveis à compreensão do atual cenário de crise ambiental e a relação do capital com a natureza. Por fim, evidencia-se as principais manifestações da crise do meio ambiente no Distrito Federal, entre elas: o grande número de veículos presente na cidade; a quantidade de celulares por habitante, que reflete a sociedade do consumo alimentada pelo capital; e o maior desafio do Distrito Federal, a gestão de resíduos sólidos, que necessita do trabalho dos catadores de lixo e das cooperativas para amenizar esse problema.

Palavras-chave: Crise Ambiental. Capitalismo Contemporâneo. Produção destrutiva. Distrito Federal. Cooperativas.

## **Lista de Quadros**

Quadro 1 – Lei e data de criação das Regiões Administrativas - Distrito Federal .....	30
Quadro 2 – Distância entre as Regiões Administrativas e o Plano Piloto .....	31
Quadro 3 – Número de habitantes do Distrito Federal no Plano piloto e cidades satélites .....	32
Quadro 4 – Naturalidade dos habitantes do Distrito Federal .....	33
Quadro 5 – Empregabilidade no Distrito Federal .....	34
Quadro 6 – Região de trabalho dos moradores do Distrito Federal em relação à moradia .....	35
Quadro 7 – Renda Familiar dos Habitantes do Distrito Federal por Domicilio .....	36

## Lista de Abreviaturas e Siglas

AMB	Área Metropolitana de Brasília
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
BRT	sigla em inglês que significa Transporte Rápido por Ônibus
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CO <sup>2</sup>	Dióxido de Carbono
Codeplan	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
Detran	Departamento de Trânsito
DF	Distrito Federal
DFTRANS	Transporte Urbano do Distrito Federal
DPE	Diretoria de Pesquisas
EPIA	Estrada Parque Indústria e Abastecimento
EPNB	Estrada Parque Núcleo Bandeirante
EPTG	Estrada Parque Taguatinga
Fecomercio	Federação do Comércio
GDF	Governo do Distrito Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IBRAM	Instituto Brasília Ambiental
ICMS	Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação
Idecon/DF	Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LFG	Rede de Ensino Luís Flávio Gomes
LODF	Lei Orgânica do Distrito Federal
MPC	Modo de Produção Capitalista
ONU	Organização das Nações Unidas
PCPV	Plano de Controle de Poluição Veicular
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PDRS	Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Distrito Federal



PED/DF	Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
Programa de I/M	Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso
RAs	Regiões Administrativas
RSS	Resíduos dos Serviços de Saúde
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
SEBRAE/DF	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal
SEMARH	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal
SLU	Sistema de Limpeza Urbana DF – Zoneamento Ecológico-Econômico
SM	Salário Mínimo
TLP	Taxa de Limpeza Pública
UnB	Universidade de Brasília
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	10
<b>1 ESTRUTURA PRODUTIVA DO CAPITAL: O PROCESSO DE PRODUÇÃO E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA .....</b>	<b>14</b>
<i>1.1 Estágios de desenvolvimento do capitalismo: do capitalismo comercial ao capitalismo contemporâneo .....</i>	<i>18</i>
<i>1.2 A acumulação capitalista sob a regência do capital financeiro .....</i>	<i>20</i>
<b>2 AS QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS DO DISTRITO FEDERAL .....</b>	<b>23</b>
<i>2.1 A capital .....</i>	<i>27</i>
<i>2.2 Regiões Administrativas (RAs) e a Área Metropolitana de Brasília (AMB) .....</i>	<i>28</i>
<i>2.3 População .....</i>	<i>39</i>
<i>2.4 Economia .....</i>	<i>42</i>
<u><i>2.4.1 Indústria .....</i></u>	<u><i>43</i></u>
<i>2.5 Emprego e comércio .....</i>	<i>45</i>
<i>2.6 Meio Ambiente .....</i>	<i>46</i>
<b>3 MEIO AMBIENTE: PRINCIPAIS MANIFESTAÇÕES DA CRISE AMBIENTAL NO DISTRITO FEDERAL .....</b>	<b>48</b>
<i>3.1 Conceituar para entender a crise ambiental .....</i>	<i>48</i>
<i>3.2 Meio Ambiente no Distrito Federal: características e desafios .....</i>	<i>51</i>
<i>3.3 O maior desafio do Distrito Federal .....</i>	<i>57</i>
<u><i>3.3.1 Os Resíduos Sólidos .....</i></u>	<u><i>58</i></u>
<u><i>3.3.2 Cooperativa de catadores .....</i></u>	<u><i>61</i></u>
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	68

## INTRODUÇÃO

Vive-se em um contexto de crise ambiental que está diretamente ligada à relação do ser humano com a natureza. É reflexo do consumo desenfreado, pela “cultura do ter”, e consequência da ação do ser humano que utiliza indiscriminadamente os recursos naturais, sem repor e sem se preocupar com os efeitos de sua escassez sobre a natureza e na vida dos seres humanos. O que ocorre é que essa intensificação do consumo é característica do modo de produção capitalista, no qual estamos inseridos, que se alimenta do lucro por meio da venda de mercadorias. Para isso cria os produtos e também as necessidades de consumi-los. Desse modo, o capital está sempre em busca de criar novas necessidades ao ser humano para vender novos produtos. É um ciclo vicioso e necessário para a existência do modo de produção capitalista. Daí a relação existente entre a crise ambiental e o capitalismo contemporâneo; a intensificação da produção significa uma maior utilização de matéria-prima, esta retirada, em grande parte, da natureza. Mas como retirar recursos da natureza se ela já vem dando sinais de esgotamento?

O debate em torno da preservação ambiental ganhou importância a partir do momento em que a degradação ambiental se agravou, atingindo níveis alarmantes. A interferência da produção capitalista no meio ambiente – aqui compreendido como todo o tipo de vida existente no planeta – se manifesta por meio de mudanças climáticas que o afetam negativamente. Seus efeitos atingem o emprego e a saúde; causam desastres naturais, degradação de terras, fortes tempestades, excesso de chuvas ou secas severas que levam a uma pandemia de fome e sede além do fato de que a grande quantidade de lixo produzido provoca doenças tanto ao ser humano como ao solo.

Diante do aprofundamento desta agressão ao meio ambiente, o capitalismo se viu obrigado a encontrar maneiras de pôr freio à crise sem comprometer o ciclo de acumulação do capital. O incentivo à redução da produção de resíduos sólidos, reutilização de materiais recicláveis, e, efetivamente, a reciclagem foram ações cobradas da sociedade e das indústrias diante desse contexto. Todavia, estas são medidas paliativas, pois a própria produção capitalista é a fonte da destruição, e esta não para.

As formas com que a crise ambiental atualmente se apresenta no Distrito Federal é o objeto de estudo deste trabalho. Foram muitas as razões de sua motivação. Partiu-se do pressuposto de que a grande quantidade de lixo produzido no Distrito Federal é uma das principais manifestações da crise ambiental e da produção destrutiva do capital, na capital,

além da grande quantidade de veículos e aparelhos celulares por habitante que constituem características da sociedade do consumo alimentada pelo capital, neste caso específico do Distrito Federal, alimentados pela insuficiência da política de transportes coletivos urbanos – o que favorece o aumento da quantidade de veículos em circulação – e pelo centro do poder político localizar-se nesta capital federal – que favorece o consumo de celulares, superiores a outras unidades da federação. Esta pesquisa buscou contribuir, portanto, para a identificação das principais manifestações da crise ambiental no Distrito Federal resultante da produção destrutiva do capital. Ressalva-se que a pesquisa procurou delimitar as manifestações da crise do capital no meio ambiente no Distrito Federal, tendo como referência os indicadores que, em termos quantitativos, sem destacaram e também as características administrativas que marcam o Distrito Federal por sediar o poder central do país. É perceptível a relação direta destas manifestações com a característica de sede administrativa dos três poderes da União que a capital possui: a grande movimentação de pessoas, não apenas as que residem no Distrito Federal e precisam se deslocar pela cidade, mas também o fluxo de pessoas que vêm para cidade a trabalho; o fato de grandes cargos administrativos e executivos se concentrarem na capital, como parlamentares e ministros, cargos esses que exigem um consumo diferenciado, são tendências que direcionam os hábitos de consumo da população.

Sabe-se que o modo de produção capitalista é dominante na sociedade e produz e se reproduz constantemente para acumular capital. É um modo de produção que cria novas necessidades e, conseqüentemente, produz novos produtos, extraindo cada vez mais matéria-prima da natureza. Este tipo de produção tende a seguir um fluxo contínuo de expansão e reprodução. Diante disso, indaga-se: Quais são as principais manifestações da produção destrutiva do Capital no meio ambiente no Distrito Federal e de que maneira o capital lida com estas manifestações? Essa pergunta de partida orientou esta pesquisa que partiu da seguinte hipótese: o modo de produção capitalista é destrutivo por utilizar continuamente recursos naturais, sem repor, tornando-os escassos, além de promover uma cultura voltada ao consumo, o que se traduz na ampliação contínua do consumo e também dos resíduos prejudiciais à natureza, provocando a crise ambiental vivida atualmente.

Essa temática foi escolhida porque sempre me sensibilizou, e no decorrer da disciplina Trabalho e Sociabilidade, especialmente das aulas sobre Reciclagem e Trabalho Precário, quando pude ter a convicção de que gostaria de aprofundar os conhecimentos sobre o assunto. Acredito que este trabalho irá despertar o interesse de grupos de pesquisas em elaborar projetos voltados para estas perspectivas de intervenção profissional, uma vez que o debate

sobre a influência do capitalismo contemporâneo na atual crise ambiental é poucas vezes levantado ao longo do período de graduação.

Assim, partindo da compreensão de que existe uma relação entre a crise ambiental e o modo de produção capitalista, conforme já assinalado, este trabalho teve como objetivo geral mostrar as principais manifestações atuais da produção destrutiva do capital, a partir de sua repercussão no meio ambiente no Distrito Federal. A esse objetivo seguiram-se objetivos específicos como: investigar as estratégias do capital para inibir ou camuflar a crise ambiental decorrente de sua produção destrutiva; identificar medidas governamentais referentes aos problemas ambientais na capital do país; mostrar de modo elementar formas de como a crise ambiental no Distrito Federal afeta a população.

Para alcançar os objetivos mencionados foi feita uma revisão da bibliografia especializada, contemplando livros, revistas, artigos, teses e dissertações sobre a crise ambiental e as formas de sua manifestação e, as maneiras com que o modo de produção capitalista contribui para o seu aprofundamento. Neste âmbito registro a empolgante e essencial leitura do clássico “O Capital: crítica da economia política” livro I, Volume I de Karl Marx. Além disso, levantou-se dados atualizados referentes às questões do meio ambiente disponíveis no portal do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasília Ambiental e do Governo do Distrito Federal a fim de estruturar o eixo referente a crise ambiental com dados advindos de fontes seguras.

Para compreender o papel do Estado no âmbito das manifestações da crise ambiental, foi feita uma avaliação das legislações brasileiras referentes à proteção ambiental e sua aplicabilidade em Brasília, além de legislações específicas do Distrito Federal e um levantamento dos estudos realizados sobre a fauna e a flora do Distrito Federal, sua diversidade e importância no equilíbrio do clima da região.

Os dados recolhidos foram criticamente analisados com o intuito de responder aos objetivos desta pesquisa que, como foi dito, buscou, principalmente, relacionar a atual crise ambiental com a produção destrutiva do capital. Toda a análise e crítica serão apresentadas neste trabalho que segue a seguinte estrutura: esta introdução, três capítulos e considerações finais.

O primeiro capítulo, *Estrutura produtiva do Capital: o processo de produção e acumulação capitalista* contextualiza o modo de produção capitalista; como ocorre a divisão

de classes, a centralidade do trabalho e o trabalho como uma mercadoria que gera outra mercadoria; a produção de mais-valia; a circulação da mercadoria e transformação da mais-valia em lucro que conduz à acumulação do capital e, por fim a lei geral da acumulação capitalista.

O segundo capítulo, *As questões socioeconômicas e ambientais do Distrito Federal* apresenta como se deu a construção da capital, as características espaciais da cidade, suas particularidades em relação as demais cidades do país, os desafios enfrentados com a quantidade inesperada de pessoas que chegam à capital, o problema da distribuição de renda, e apresenta as características da economia local e do meio ambiente da região.

O ultimo capítulo, *Meio Ambiente: principais manifestações da crise ambiental no Distrito Federal* traz, primeiro, as definições dos conceitos por trás da crise ambiental importantes para a compreensão da mesma. O capítulo compreende a essência do objeto pesquisado e dos objetivos pretendidos, oferecendo uma análise crítica da forma de consumo da população que é reflexo do modelo de produção capitalista; discute as características do meio ambiente no Distrito Federal; apresenta as maneiras com que a crise ambiental se manifesta na capital e quais os desafios enfrentados nesse âmbito além de ressaltar a importância de uma mudança da produção destrutiva e do consumo desenfreado e algumas medidas que tem sido tomadas em relação a crise ambiental manifesta na capital federal.

## 1 ESTRUTURA PRODUTIVA DO CAPITAL: O PROCESSO DE PRODUÇÃO E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Todas as formas sociais são representadas por diferentes modelos de produção, isso porque “determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas requer relações de produção também determinadas – deve haver uma *correspondência das relações de produção às forças produtivas*” (NETTO e BRAZ, 2008, p. 60). O motor principal do capitalismo é a mercadoria em suas diversas formas. As mercadorias existem para satisfazer as necessidades básicas e do espírito do ser, necessidades essas que variam de acordo com a localidade e com tempos históricos. O capital subordina a natureza, por meio de sua produção destrutiva, para que a natureza atenda as vontades dos seres humanos.

Partindo desses dois elementos centrais, para que se produzam essas mercadorias, transformam as matérias-primas em produtos capazes de satisfazer às necessidades e os desejos dos seres humanos. Essa transformação se dá por meio do trabalho. O próprio trabalho é, em si, uma mercadoria. Uma mercadoria especial que gera outras mercadorias. O trabalho é fundante do ser social e é a partir dele que se estabelece a relação ser humano/natureza e só ele (o trabalho) é capaz de gerar o essencial para o desenvolvimento capitalista: o produto (a mercadoria) (MARX, 1984).

A mercadoria passa a assumir esta forma quando incorpora duas dimensões importantes: a dimensão útil (valor de uso) e a dimensão do valor (valor de troca). Todo produto vai ser útil porque atende uma necessidade, mas só é mercadoria quando possui valor, quando é comercializada e passa a ser objeto de interesse social. Na visão marxiana, o que determina o valor de uma mercadoria é a quantidade de trabalho nela incorporada, o trabalho necessário para a sua produção (pago ao trabalhador em forma de salário) e o trabalho excedente (não pago) que se transforma em mais-valia. Para que a mercadoria comprove seu valor de uso, ela precisa satisfazer as necessidades alheias, ou seja, a mercadoria precisa atender as necessidades de outrem e não apenas de seu produtor e assim será comercializada, pois, esta só se realiza como valor de uso e como valor no momento da troca, da comercialização. Como diz Marx, em *o Capital*, existem vários objetos que possuem valor de uso, mas que não são mercadorias, por exemplo, o ar e a água são uteis para o ser humano, mas não têm intrínsecos o trabalho; ou um produto que tem como fim satisfazer as necessidades próprias do produtor também não é uma mercadoria, pois não tem como

objetivo a troca. Portanto, a mercadoria deve possuir valor de uso para além daquele que a produz, do contrário não se torna mercadoria.

O capitalismo é marcado pela forte divisão entre duas classes fundamentais, a classe dos que vendem a força de trabalho e classe dos que compram esta força de trabalho por horas determinadas. Quem vende é o proletário, o trabalhador desprovido dos meios de produção que só possui sua força de trabalho para oferecer. Quem compra são os representantes do capital, detentores dos meios de produção que precisam da força de trabalho de alguém para acrescentar valor ao seu capital. Essa sociedade é baseada na propriedade privada dos meios de produção, organizada em função da produção de mercadorias. É o trabalho que valoriza as mercadorias. No processo de produção os seres humanos transformam as matérias-primas em objetos para atender as necessidades sociais e nesse processo também constrói relações sociais que são relações de exploração de uns sobre os outros (Ibid.)

As análises de Silva (2009, p. 38-46) sobre “os sentidos do trabalho e sua centralidade no mundo dos homens”, nos permite sintetizar que o trabalho é central no desenvolvimento humano e na própria história da humanidade. Pois, segundo as reflexões da autora, apoiada em Marx, a sociedade não para de construir novas necessidades e, assim, não para de consumir, portanto a produção de objetos úteis aos seres humanos é uma necessidade em todas as formas sociais. E a transformação da matéria-prima em objetos úteis se dá pelo trabalho humano. Na sociedade capitalista é o trabalho que atribui o valor às mercadorias, pois é por meio do trabalho não pago (o trabalho excedente) que o capitalista obtém o seu lucro. E o capitalismo ainda não inventou uma forma de criar riqueza diferente da extração da mais-valia. Assim, o trabalho é central na sociedade. No capitalismo, o trabalho é transformado em uma mercadoria especial que cria novas mercadorias:

Para extrair valor de consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro precisaria ter a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica – a capacidade de trabalho ou a força de trabalho. (Marx, 1983, p. 139).

Assim, seguindo a lógica do pensamento marxiano, os seres humanos modificam a natureza e se modificam ao mesmo tempo. Ao vender sua força de trabalho para o empresário capitalista, para uso por um dado intervalo de tempo, em troca de um salário, uma parte do valor equivalente à jornada de trabalho lhe é expropriada, não lhe é paga. É negado ao trabalhador o resultado de seu trabalho, pois o produto pertence ao capitalista e não ao



trabalhador. A mercadoria é resultado do processo de trabalho, e esconde nela o fetiche, o lado da exploração. A alienação é própria de uma sociedade que tem como base a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção.

No processo de produção da mercadoria são necessárias várias pessoas para que se amplie a produção e ocorra uma divisão social e técnica do trabalho. A divisão técnica traz a dimensão da especialidade, acontece porque são necessárias pessoas especializadas pra fazer os vários objetos indispensáveis à produção. Todavia há também uma divisão social do trabalho, onde cada trabalhador, específico de sua área (mecânico, engenheiro, contador, faxineiro, etc) faz seu trabalho para que o objetivo – o produto final – seja alcançado. Todos vão ter uma condição diferente no sentido de terem especialidades diferentes – que é a divisão técnica – e todos vão ter uma condição igual que é a de serem contratados daquela mesma empresa em que o trabalho de todos são iguais, pois estão todos voltados para o objeto fim daquela empresa. Todos eles são, portanto, trabalhadores assalariados igualmente.

Diferente da circulação da mercadoria, a circulação do capital transforma o dinheiro em mercadoria e retransforma a mercadoria em dinheiro, acrescido de mais-valia. Esse dinheiro em movimento transforma-se, em sua última circulação, em capital. O processo produtivo do capital é um complexo articulado da seguinte maneira: dinheiro – mercadoria – dinheiro acrescido ( $D - M - D'$ ). O capitalista investe seu capital inicial em meios de produção e força de trabalho; obtém uma mercadoria, que possui valor de uso e valor de troca; vende essa mercadoria e recebe dinheiro acrescido de valor que é dinheiro + mais-valia. Parte do lucro adquirido pelo capitalista retorna ao início do ciclo para se transformar novamente em mercadoria e gerar mais  $D'$ .

A distinção entre aqueles que possuem os meios de produção e aqueles que possuem apenas a força de trabalho é inerente à sociedade capitalista. O possuidor do capital contrata o trabalhador, que está disponível e vendendo sua força de trabalho, por um determinado salário<sup>1</sup> e compra as horas de trabalho deste. No processo de produção existe um tempo de trabalho necessário para produzir aquilo que corresponderia ao salário que o trabalhador tem direito, mas ele sempre vai trabalhar além desse tempo, um tempo excedente que gera a mais-valia. Mantendo-se o mesmo salário, ou a jornada de trabalho vai ser ampliada para que ele produza mais (mais-valia absoluta) ou o trabalho vai ser intensificado dentro do tempo

---

<sup>1</sup> “o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor [...] a soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal” (MARX, 1983, p. 141).

habitual de produção (mais-valia relativa). A diferença que não foi paga ao trabalhador vai ser incorporada à mercadoria e quando houver a comercialização essa exploração será concretizada, ganha materialidade em forma de lucro:

[...] o trabalho é, além de processo de criação de valor, *processo de valorização* do capital. A *criação de valor* opera-se no tempo de trabalho necessário; a *valorização* opera-se no tempo de trabalho excedente – se não há tempo de trabalho excedente, não há valorização, mas, apenas, criação de valor. [...] o que interessa ao capitalista é justamente o *processo de valorização*: é nele que se produz a mais-valia (o excedente). (NETTO e BRAZ, 2008, p. 111).

Marx (1983) em *O Capital*, Volume I, afirma que todo processo de produção é, ao mesmo tempo, processo de reprodução, pois uma sociedade nunca para de consumir, concomitantemente, não deixa de produzir e esse fluxo sempre se repete e se renova. “Mas o que era, no princípio, apenas ponto de partida, é produzido e perpetuado sempre de novo, por meio da mera continuidade do processo, da reprodução simples, como resultado próprio da produção capitalista” (MARX, 1984, p.156). Na reprodução simples, o capitalista utiliza toda a mais-valia; na reprodução em escala ampliada, ou seja, na acumulação, o capitalista transforma uma parte do capital em renda e reinveste o outro e assim, o processo de produção e reprodução do capital acontece.

A lei da produção capitalista dá-se numa relação entre capital, acumulação e taxa de salário, e não poderia ser diferente uma vez que neste modo de produção o trabalhador existe para valorizar o capital ao invés da riqueza existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador.

A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei da Natureza, expressa, portanto, de fato apenas que sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada. (MARX, 1984, p.193).

A lei geral da acumulação capitalista gera, em última instância, o aumento da riqueza proporcionalmente ao aumento do pauperismo representado por um grande número de trabalhadores compondo o exército industrial de reserva, a camada mais pobre da classe trabalhadora. O desemprego é uma manifestação da questão social resultante da relação entre o capital e o trabalho. O desemprego é estrutural e funcional ao capitalismo, pois, essa massa de desempregados permite que o capital controle os preços dos salários, pois sempre haverá um trabalhador para ocupar o lugar do outro. Isso significa que sempre haverá um exército industrial de reserva, às vezes maior, outras vezes menor, mas nunca suprimível. “Imaginar a ‘solução’ da ‘questão social’ mantendo-se e reproduzindo-se o modo de produção capitalista é

o mesmo que imaginar que o modo de produção capitalista pode se manter e se reproduzir sem a acumulação do capital” (NETTO e BRAZ, 2008, p. 139).

Essas reflexões permitem afirmar que todo esse movimento, essa necessidade de acumulação crescente, faz com que os representantes do capital busquem cada vez mais matéria-prima e conseqüentemente, ocorra um processo de destruição da natureza e, em determinado momento, seu esgotamento. A produção capitalista é uma produção sempre destrutiva porque ela – literalmente – destrói a natureza ao tirar dela toda a matéria-prima necessária para a produção, e joga no meio ambiente resíduos e gases tóxicos em troca. Outro fator que eleva essa devastação é que não existe um controle, alguém ou algo que determine a quantidade que o capitalista pode acumular, incentivando a competição entre os capitalistas, entre quem acumula mais. Em tempos recentes, em que há uma produção desenfreada de mercadorias com rápida obsolescência, “trata-se de um movimento de conversão da natureza em riqueza social destinada não mais a satisfazer necessidades humanas, mas, sobretudo a acumular capital” (MOTA, 2002, p.13).

### ***1.1 Estágios de desenvolvimento do capitalismo: do capitalismo comercial ao capitalismo contemporâneo***

A história é construída por saltos que marcam etapas do desenvolvimento. Nessa direção, o capitalismo surge da

[...] necessidade de substituir o modo de produção decadente por um novo modelo de produção, ou seja, [...] da necessidade de favorecer a implantação e expansão de novas relações de produção adequadas ao desenvolvimento desobstruído das forças produtivas. (MARX, 1984, p.LV - apresentação)

Ao longo do seu período de evolução o capitalismo passou por estágios históricos de transformações. No primeiro estágio, denominado capitalismo comercial, a burguesia se consolida como a classe detentora dos capitais comerciais e controla as principais atividades econômicas. Na segunda fase, no capitalismo concorrencial, o capital revela suas principais características estruturais. Nessa fase, que durou aproximadamente cem anos (da oitava década do século XVIII até o último terço do século XIX) ocorreu uma *urbanização* em grande escala o que provocou vínculos econômicos entre os países que possuíam poderes econômicos distintos e que, no próximo estágio, se consolidaria como uma *economia mundial*. Foi nessa fase do capital que surgiram as lutas de classes fundadas na contradição entre capital e trabalho (NETTO e BRAZ, 2008, p. 173).

Inicialmente as lutas de classes ocorreram devido a total ausência de garantia de direitos aos trabalhadores e cruel exploração do proletariado. A burguesia respondia a esses protestos

com a incorporação de inovações tecnológicas à produção a fim de amedrontar os trabalhadores com a substituição do *trabalho vivo* por máquinas (*trabalho morto*). O que se percebe é que “as lutas de classes influem fortemente no desenvolvimento das forças produtivas” (Ibid., p. 173).

Durante o capitalismo concorrencial, os capitalistas foram se diferenciando em pequenos, médios e grandes de acordo com a quantidade de capital que possuíam. O que ocorre é que as empresas dos grandes capitalistas se sobressaiam em relação às outras e mantinham-se em constante evolução enquanto novas e pequenas empresas faliam. Ainda nessa fase do capital criou-se o mercado mundial que nada mais é que vínculos econômicos entre os centros capitalistas e os demais países; que se consolidará, na próxima fase do capital, em uma *economia* mundial. Essa concentração e centralização do capital culminaram na criação de monopólios, a forma empresarial típica do estágio imperialista.

Essa fase denominada capital monopolista, datada do final do século XIX e início dos anos XX, se constituía como a “coluna vertebral da economia capitalista” (Ibid., p.178), a monopolização consolida a empresa que produz em grande escala como a “unidade econômica típica na sociedade capitalista” (BARAN e SWEEZY, 1974: 15-16 apud. Ibid., p.178). Transformações também ocorreram no papel dos bancos que passaram de intermediários de pagamentos para associados de capitalistas industriais. Por meio do sistema de crédito os bancos passaram a disponibilizar empréstimos aos capitalistas que usavam essa quantia para investir em suas empresas. Banco e indústria passaram a coexistir, trocando ações entre si. A concentração dos capitais monopolistas com os bancários culminou no capital financeiro, decisivo no terceiro estágio evolutivo do capital, o estágio imperialista.

De acordo com Netto e Braz (2008), o imperialismo é o estágio do capitalismo que perdura até os dias atuais. Passou por três fases: a *fase “clássica”* (1890 a 1940), os “*anos dourados*” (fim da Segunda Guerra até início dos anos setenta) e o capitalismo *contemporâneo* deste período em diante. Este trabalho tem como recorte temporal a última fase do estágio imperialista e dará foco a ela, contudo são extremamente importantes as transformações que ocorreram em toda a estrutura capitalista sobre a regência do capital financeiro e que serão explicitadas ainda neste capítulo. Antes disso, porém, vale saber que: na *fase “clássica”* houve várias crises do capital, porém a mais significativa, devido ao seu impacto político-econômico, foi a crise de 29. Nos “*anos dourados*” o capitalismo monopolista viveu uma época de grandes resultados econômicos que não se abalavam com as crises cíclicas típicas do capital, esses resultados econômicos das “três décadas gloriosas”

nunca mais se repetiram.<sup>2</sup> No capitalismo contemporâneo grandes transformações econômicas, políticas, sociais e culturais ocorreram em grande velocidade no mundo. Com o fim dos “anos dourados” inicia-se um período de recessão na economia, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970.

As crises no capital são reflexos da contradição própria do modo de produção capitalista (minimizado pelo autor abaixo citado para o acrônimo “MPC”), são “*funcionais*” à ele, pois é através das crises que o capitalismo se restaura e prossegue:

[...] as crises são inelimináveis porque expressam o caráter contraditório do MPC – em si mesmas, elas são a demonstração cabal de que esse modo de produção é constituído e dinamizado por contradições e só se desenvolve com a reprodução e a ampliação dessas mesmas contradições. (NETTO e BRAZ, 2008, p. 163).

### ***1.2 A acumulação capitalista sob a regência do capital financeiro***

A criação dos monopólios, a fusão entre capital bancário e capital industrial (*capital financeiro*) e a conseqüente criação da oligarquia financeira; a exportação de capitais; a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si; e a partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes são os principais traços do imperialismo (LÊNIN, 1977, I: 641-2 apud NETTO e BRAZ, 2008, p. 180).

Um elemento importante que também foi introduzido na dinâmica capitalista pelo estágio imperialista é o papel que a *indústria bélica* adquiriu nessa fase. Ela (e as atividades a ela conexas) se tornou um componente central da economia. A produção de artefatos bélicos, quando comparados com outros setores produtivos, gera “*fabulosos superlucros*”, além disso, as guerras que conseqüentemente acontecem, “são um excelente negócio para os monopólios nela envolvidos”<sup>3</sup> (Ibid., p.185).

Nesse período de dominação dos monopólios, o capitalismo se consolidou como um sistema econômico mundial, com vínculos em todo o planeta. Por ser um estágio do capitalismo, no imperialismo as leis capitalistas continuam regendo o modo de produção, porém faz-se sobre novas condições e conseqüentemente surgem fenômenos antes inexistentes (ou irrelevantes). “[...] o objetivo da organização monopolista é duplo – obter lucros acima da média [...] e escapar dos efeitos da tendência à queda da taxa de lucro. [...] é necessário um incremento da exploração dos trabalhadores” (Ibid., p.188). Além de acentuar as contradições

<sup>2</sup> Para mais detalhes sobre as fases iniciais do imperialismo, consulte-se: José Paulo Netto e Marcelo Braz, *Economia política: uma introdução crítica* (São Paulo: Cortez, 2008, cap. 8).

<sup>3</sup> “[...] a enorme destruição de forças produtivas que a guerra realiza abre um imenso campo para a retomada de ciclos ameaçados pela crise” (NETTO e BRAZ, 2008, p.185).

já existentes no modo de produção capitalista, o estágio imperialista introduz duas novas tensões na dinâmica econômica: a expansão da produção, que diminui radicalmente e coloca o crescimento econômico longe do esperado, o que se registra é que “a capacidade produtiva é subutilizada”; e a inovação tecnológica, que comparativamente com o período do capitalismo concorrencial, acontece num ritmo muito menor do que seria possível para esse estágio.

[...] o estágio imperialista não apresenta qualquer solução efetiva para nenhuma das contradições imanentes ao MPC. [...] na passagem dos anos sessenta aos setenta do século XX, ele entrou em crise e mecanismos de reestruturação foram implementados pela burguesia monopolista, revertendo as conquistas sociais alcançadas no segundo pós-guerra [...] e instaurando a terceira fase do estágio imperialista, configurada no *capitalismo contemporâneo*. (NETTO e BRAZ, 2008, p.203; 206).

Como em toda crise, o capital busca estratégias para se reerguer e uma das mudanças mais significativas nesse período foi a transição do modelo de produção taylorista-fordista para a *acumulação flexível*.

A *acumulação flexível* [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1993: 140 apud Ibid., p. 215).

Percebe-se na fala de Harvey que essa reestruturação produtiva provocou a incorporação de tecnologias à produção o que significa que a demanda por trabalho vivo diminuiu. Três foram as consequências imediatas desse desenvolvimento: o trabalho coletivo passou a se organizar por formas mais complexas, o que significa que há um conjunto de trabalhadores envolvidos na produção quer eles desempenhem um trabalho manual ou não; passou-se a exigir qualificações mais altas dos trabalhadores, agora eles deveriam ser qualificados e polivalentes para participar de múltiplas atividades; e por último, referente à gestão dessa força de trabalho, estimula-se o “sindicalismo de empresa” em que o capital tenta romper com a consciência de classe dos trabalhadores usando o discurso de que a empresa é seu “lar” e que eles (os trabalhadores) são “colaboradores”, “associados” das empresas. Quando o capital coloca em prática suas estratégias para a reversão da queda da taxa de lucro, o ônus recai todo sobre o trabalhador: redução salarial, precarização do emprego, trabalho em tempo parcial e a terceirização são alguns dos impactos sofridos pelos trabalhadores em todos os países onde o trabalho foi “flexibilizado” (Ibid., p. 216-9).

A característica mais marcante do capitalismo contemporâneo foi o extraordinário aumento da “questão social”, nesse período o desemprego maciço se tornou um fenômeno permanente, pois as taxas não oscilavam mais em altas e baixas, elas permaneciam sempre em

índices alarmantes. As relações de trabalho regrediram às formas de exploração de antigamente. “O capitalismo contemporâneo particulariza-se pelo fato de, nele, o capital estar destruindo as regulamentações que lhe foram impostas como resultados das lutas do movimento operário e das camadas trabalhadoras” (Ibid., p. 225).

Dos “anos dourados” para o capitalismo contemporâneo as transformações mercantis foram gigantes e muito rápidas, “mercadorias absolutamente novas se generalizaram [...] e hábitos e padrões de consumo se alteraram radicalmente” (Ibid., p. 235). Contudo, a ofensiva capitalista desse período resultou em regressões sociais que seriam inimagináveis há trinta anos: desempregos, subempregos, empregos terceirizados, exponenciação da “questão social”. O capital mascara a obsolescência das suas mercadorias e o que se desenvolve nesse período é uma ideologia consumista. O capital se recompôs e as taxas de lucros voltaram aos bons tempos das “três décadas gloriosas”, mas as taxas de crescimento são miseráveis. “Todas as transformações implementadas pelo capital têm como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho” (Ibid., p. 218).

Este é o contexto contemporâneo do capitalismo, marcado por uma profunda crise estrutural, todavia, sua produção continua sendo destrutiva.

## 2 AS QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS DO DISTRITO FEDERAL

Inaugurada no dia 21 de abril de 1960, Brasília é diferente das outras cidades, pois já nasceu predestinada a ser a capital do país (PAVIANI, et al. FERREIRA, 2010, p.47). Ocupando uma área de 5.779,999km<sup>2</sup>, “o Distrito Federal organiza-se em Regiões Administrativas, com vistas à descentralização administrativa, à utilização racional de recursos para o desenvolvimento socioeconômico e à melhoria da qualidade de vida” (BRASIL, LODF, 1993, art.10)<sup>5</sup>, são elas: Brasília (Plano Piloto), Águas Claras, Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Cruzeiro, Fercal, Gama, Guará I e II, Itapoã, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Park Way, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho I e II, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, SCIA, SIA, Sobradinho, Sudoeste/Octogonal, Taguatinga, Varjão, Vicente Pires.<sup>6</sup> De acordo com as estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação, referente ao dia 1º de julho de 2014, realizada pela Diretoria de Pesquisas (DPE), a população brasileira era de aproximadamente 202.768,562, destes, 2.852.372 residiam no Distrito Federal (IBGE, 2014).<sup>7</sup>

Ignez Ferreira (2010, p.49) trata Brasília como uma cidade modernista, um centro urbano de múltiplas funções que vai além da função administrativa de sede do governo federal, uma “cidade administrativa por excelência e inovadoramente terciária”. Aldo Paviani (2010, p.231) relembra que o que predeterminou a característica de metrópole terciária/quaternária para Brasília foi o fato de Juscelino Kubitschek ter impedido a instalação de indústrias poluentes na capital. “[...] prestação de serviços [...] é a própria razão de ser da existência de Brasília” (PAVIANI, et al. NUNES, 2003, p.92).

José William Vesentini (1986, p.82) com seu discurso geopolítico diz que a ideia de interiorizar a Capital Federal, ou seja, transferi-la do litoral para o centro – interior – do país<sup>8</sup>,

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=530010&search=distrito-federal|brasilia>> Acessado em: 31 de maio de 2015.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=0&txtAno=0&txtTipo=290&txtParte=>>> Acessado em: 23 de agosto de 2015.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.df.gov.br/sobre-o-governo/estrutura/administracoes-regionais.html>> Acessado em: 31 de maio de 2015.

<sup>7</sup> Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2014/estimativa\\_dou\\_2014.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativa_dou_2014.pdf)> Acessado em: 23 de agosto de 2015.

<sup>8</sup> “A transferência da Capital do País para essa área conhecida como “Planalto Central” ou “retângulo de Cruls”, [...] foi uma ação contingente, isto é, política, resultante de todo um processo de reordenação estatal ocorrido a partir do redirecionamento [...] do projeto de dominação do empresariado industrial implementado desde o final da década de 1920, a par do novo patamar atingido pela acumulação do capital e de um acirramento nas lutas sociais. O Estado tornou-se cada vez mais “planificador” e “tecnocrático”, por um lado, e “nacional” por outro, pois concentrou poderes no Governo Federal e promoveu uma integração territorial no sentido de expandir o “mercado interno”. Brasília, construída no local tido como “centro geopolítico” do país, representou



vem associada a uma “ênfase no desenvolvimento econômico do Brasil central, como se a cidade capital fosse desempenhar um papel de irradiação do progresso”. Ele cita Thompson (THOMPSON, E. P. Op. cit., p. 276-7) que traz um olhar interessante sobre os interesses da mudança da capital:

A mudança da Capital Federal para o interior do País daria um novo e poderoso influxo à economia nacional, por um maior incremento à produção, pela melhor distribuição da riqueza e seu melhor aproveitamento. Forçando-se a abertura para todos os quadrantes de vias e meios de comunicação, o centro geográfico do País, com a criação da nova Capital Federal, provocar-se-ia um maior rendimento econômico do país, uma maior valorização do elemento humano ali localizado, um melhor índice econômico de todo o interior, com um incentivo crescente aos mais variados setores das atividades nacionais. (THOMPSON, *apud* VESENTINI, 1986, p.82).

Apesar de Francisco Leitão e Sylvia Ficher (2010, p.107) afirmarem que não consta no relatório de Lúcio Costa nenhuma referência sobre a população máxima que Brasília poderia abrigar, a informação de que a Capital Federal foi projetada para abrigar 500 mil pessoas é corrente entre diversos autores e os habitantes da cidade. Se este era o objetivo, ele foi alcançado já na primeira década (PAVIANI, et al. VASCONCELOS, 2010, p.398) o que ocasionou uma enorme expansão da cidade para além dos limites do quadrilátero, que reflete o desenho geoespacial do Distrito Federal. Da prévia ideação de uma cidade tranquila para a gestão federal, surgiu uma grande cidade com cerca de três milhões de habitantes, formando o que Paviani passou a chamar de Área Metropolitana de Brasília (AMB). A partir do centro político-administrativo [Plano Piloto], acomodaram-se as cidades satélites gerando uma inevitável segregação entre a massa operária e a classe média alta. A partir dessa lógica surge a seletividade espacial (PAVIANI, 1991, p.124).

A respeito dessa visão segregada do que é centro e do que é periferia, o filme “A cidade é uma só?”, dirigido por Adirley Queirós, produzido no ano de 2012 traz o discurso de Nancy, uma moradora da cidade de Ceilândia que vive na capital desde sua origem, e relata como foi a transferência da população que estava alocada no Plano Piloto para a cidade em questão. Em seu discurso ela diz: “- O que eles queriam na verdade era achar um lugar para jogar aquele monte de pobre, tirar a coisa feia que era próxima de Brasília e trazer para um lugar mais distante possível” (A CIDADE É UMA SÓ?, 2011)

---

um afastamento territorial do *locus* das decisões político-institucionais, a nível federal, que foi retirado daquela que era então a maior metrópole brasileira e fixado numa área interiorana e relativamente despovoada [...]; e representou igualmente a implantação a um nível local de ordem territorial extrema do sistema industrial, com a divisão hierárquica e funcional dos espaços, o enaltecimento da máquina e a vigência de uma rigorosa programação” (VESENTINI, 1986, p.165-7)

O Plano Piloto concentrou o poder político e a administração, era visto como a área de “pleno emprego”; na perspectiva do migrante, “Brasília é um ‘ponto’ no território nacional onde se vislumbram possibilidades objetivas de ultrapassar o estágio socioeconômico em que está inserto” (PAVIANI, et al., BRASILMAR, 2003, p.76-7) é aonde se encontram os melhores postos de trabalho, mais altos salários e rendas; deixando para as cidades satélites as “habitações de baixo custo”, os desempregados e o setor informal, a “população de baixa renda” (PAVIANI, 1991, p.123).

A nova capital não podia reproduzir as “mazelas” representadas pelas favelas e cortiços como, por exemplo, do Rio de Janeiro e São Paulo e para tal, o povoamento da periferia (inaugurado com Taguatinga) aparece como ‘solução’ para abrigar os favelados e os operários das construtoras, transferência essa justificada pelo discurso de que eles “moravam da maneira mais precária” (Ibid., p.126). “Tal como foi concebida e realizada, a ‘erradicação de favelas’ deixa de atingir o objetivo de promoção humana, constituindo-se, por isso, em mais uma tentativa de apenas mudar os pobres de lugar” (Ibid., p.136). Cabe aqui mais uma menção ao filme “A cidade é uma só?”, quando Nancy, uma das personagens do filme, relata que o local no qual a população que estava construindo Brasília morava era rota de voos nacionais e internacionais e essa foi uma das grandes preocupações, e porque não dizer, motivações, para retirar a invasão daquele local. “- Porque as autoridades passavam e viam aquela coisa feia, né? Um monte de pobre amontoado. [...] Os pobres enfeavam Brasília. Então, tinha que achar uma solução, e era expulsar mesmo. Na verdade não era retirar, era expulsar.” (A CIDADE É UMA SÓ?, 2011)

Ignez Ferreira (2010, p.49) explica que as cidades satélites vivem em função do Plano Piloto, suplementando-o naquelas atividades que a seletividade expulsou.

Podem-se apontar, então, na produção do espaço da metrópole, duas forças concomitantes: uma que polariza e centraliza e outra que exclui e periferiza. Surge assim, de um lado o centro com funções estabelecidas e, de outro, a periferia desestruturada e fragmentada territorialmente, abrigando a população e as atividades excluídas do centro. (PAVIANI, et al.FERREIRA, 2010, p.50).

Paviani (1991, p.136) reforça a fala de Ferreira (2010) acima citada ao dizer que a segregação imposta aos transferidos para as cidades satélites está ligada a ausência de oportunidades de emprego fazendo com que os habitantes continuem dependendo dos empregos no Plano Piloto e também em Taguatinga. Citando Campos, Paviani (1991, p.137) afirma ainda que a distribuição dos empregos consolidou a segregação e cita a construção injusta do espaço urbano como um processo que gera a seletividade socioespacial. Esses

autores conversam ainda com Ignez Ferreira (2010, p.50) que reforça o pensamento deles ao dizer que a solução do problema de moradia dos pobres se faz com a exclusão destes do perímetro valorizado e planejado, forçando a segregação socioespacial. “A primeira consequência disso foi o surgimento da periferia concomitante à implantação do centro como parte necessária de um todo: a cidade segmentada em classes e fragmentada espacialmente” (PAVIANI, et al. FERREIRA, 2010, p.50).

Ainda citando as colocações de Campos trazidas por Paviani (1991, p.137), em Brasília, “a posição socioeconômica e o status são mensurados pela localização residencial do indivíduo na cidade”. Os que residem no Plano Piloto estão mais próximo do trabalho, despendendo menos tempo e dinheiro em seus deslocamentos por estarem mais próximos dos postos de trabalho, os que se acomodam nas cidades satélites gastam mais tempo e dinheiro com o deslocamento, perdem tempo e aumentam a fadiga.

As localidades periféricas, por não gerarem empregos condizentes com as respectivas populações, se constituem em núcleos-dormitórios de reserva de mão-de-obra. Perdem enormes contingentes de ativos em favor do Plano-Piloto, ocasionando movimentos pendulares diários de grande monta, o que exige centenas de ônibus. (PAVIANI, 1991, p.137).

Benny Schvasberg (2010, p.263) é enfático ao declarar que é evidente que é preciso considerar a enorme distância que há entre o Distrito Federal e o seu núcleo central - Brasília, com os municípios do Entorno em relação a renda, empregos e PIB, análise essa reforçada por Paviani (1991, p.137) que afirma que quanto maior a distância de uma região em relação ao centro, maior o decréscimo da renda bruta familiar anual de seus habitantes. Nestes aspectos, voltando a Schvasberg (2010),

[...] são tremendamente díspares e mais altos os indicadores de Brasília, o que é resultado e resultante de uma centralidade e um poder metropolitano altamente concentrado e desproporcional em relação às demais aglomerações e regiões metropolitanas brasileiras. (PAVIANI, et al. SCHAVASBERG, 2010, p.263).

É uníssona entre os autores citados ao longo desta reflexão a opinião de que Brasília é setorizada, mas um autor ilustra esse cenário muito bem, Luiz Alberto de Campos Gouvêa (2010):

Em Brasília a setorização é monumental. Quase tudo é setorizado. Começar pelo setor de administração pública no Eixo Monumental. Setor Hospitalar, Hoteleiro, de Indústria. Tem-se o setor Bancário, e o setor de Diversões e o de Áreas Isoladas. O comércio não foge a regra: quadra dos restaurantes, das elétricas, das oficinas, dos bares. Até os templos religiosos, que não tem a menos vocação para a questão, tem uma área nas quadras 900, onde, sem serem obrigadas, estão um ao lado do outro. No dia-a-dia da cidade, na cultura urbana brasiliense, a setorização é uma realidade. Por isso, os setores aparecem nesta análise com destaque. Observa-se que o

maior setor, o que dá forma à cidade, junto com o monumental é o residencial. Ele acompanha o Eixo Rodoviário, formando as asas do ‘avião’. (PAVIANI, et al. GOUVÊA, 2010, p.459).

Brasília assume o papel de centro administrativo que lhe foi determinado e cresce para além do que foi imaginado, deixando para trás o ideário de uma cidade tranquila para negociações e decisões político-administrativas para se transformar num grande – e crescente – complexo de atividades econômicas, serviços, e cidades satélites e, sendo Brasília a quarta cidade mais populosa do Brasil e o coração do país, é tida como a cidade das oportunidades para aqueles que querem mudar de vida.

### **2.1 A capital**

Brasília, planejada para ser o novo centro político-administrativo do país, antes mesmo de sua inauguração já carrega consigo outra responsabilidade, a de ser a “capital da esperança” para aqueles que migravam para o Planalto Central, acreditando verdadeiramente na ilusão, reforçada pelo então presidente da época, Juscelino Kubitschek, de que as coisas iriam realmente mudar com a construção de Brasília. (PAVIANI, et al. GOUVÊA, 1991, p.80)

A capital atingiu seu objetivo maior, é o centro do poder político e administrativo do país, é daqui que saem as grandes decisões que movem o Brasil. Já o ideário de “esperança” que existia entre aqueles que chegavam à capital, a concepção de uma cidade igualitária, em que pessoas de diferentes classes econômicas coexistiriam, foi por água abaixo com a segregação que se instaurou no Planalto Central.

Inicialmente, vieram as justificativas para a transferência da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central, com destaque para a “questão demográfica”, que se referia a necessidade de se ter uma capital que dificultasse uma ação militar ao mesmo tempo em que permitisse ao Estado um “controle social” efetivo sobre a massa trabalhadora, que na década de 50, pressionava a administração do país com constantes greves e manifestações nas portas do Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. As classes dominantes desejavam que junto com a mudança de localização, a capital adquirisse certo isolamento. Mas esse isolamento estava ameaçado pelo grande fluxo de imigrantes à capital, que gerou a necessidade de se ter uma proposta co-espacial que também justificaria a mudança de região da capital (Ibid., p.78).

Por mais que os discursos políticos dissessem o contrário, percebe-se desde o início a política discriminatória que paira sobre a capital. Segundo Gouvêa (1991, p.82), o Plano Piloto foi arranjado espacialmente e estruturado para atender aos interesses do capital, foi

construído para abrigar os funcionários mais graduados do governo. Ao restante da população, cabiam as cidades satélites, com condições inferiores de moradia.

De fato, a segregação física e social das classes populares foi algo concretizado pelo governo, a maioria da população que veio a capital em busca do sonho da casa própria e de melhores condições de vida, acabou tendo que, além de morar distante da capital, despender boa parte da renda com transporte, aluguel e os serviços urbanos. Alocando essa população nas cidades satélites, o governo teria um controle social sobre essa população por conta da grande distância que separaria o Plano Piloto das cidades satélites, e tanto a distância quanto o traçado urbano (as longas vias que interligam as cidades periféricas ao centro da capital poderiam facilmente ser bloqueadas ou, o Estado poderia também inviabilizar transporte público afim de que essa população não consiga se locomover até o centro da capital) seriam usados como instrumentos da política repressiva do governo,

[...] de modo que, se não impediam a mobilização da população segregada, pelo menos não a estimulava, facilitando, por outro lado, a ação do aparelho repressivo do Estado. [...] Brasília, ao mesmo tempo em que se tornou um símbolo do urbanismo moderno, se configura como um modelo quase perfeito de segregação e controle espacial e social. (PAVIANI, et al. GOUVÊA, 1991, p.80; 85).

## ***2.2 Regiões Administrativas (RAs) e a Área Metropolitana de Brasília (AMB)***

A criação de cidades satélites concomitante com a construção de Brasília surgiu da necessidade de abrigar a população que chegava a capital em busca de emprego e ameaçavam ocupar espaços vazios do Plano Piloto com objetivos já definidos, e também locais periféricos não previstos para os núcleos habitacionais. Inicialmente, as cidades satélites estavam previstas como núcleos periféricos ao Plano Piloto e sua implantação só ocorreria na medida em que houvesse necessidade de acomodar a população que chegaria à cidade após sua inauguração, mas, como já se sabe, o crescimento da população de Brasília aconteceu numa velocidade inesperada. (BRASÍLIA, 2013, p.19)

As duas primeiras cidades satélites que se consolidaram em Brasília foram Núcleo Bandeirante e Paranoá para acomodar os trabalhadores das construtoras e os operários da barragem do Lago, respectivamente. Depois destas, vieram Taguatinga, Gama e Sobradinho. No município do Estado de Goiás já existiam Brazlândia e Planaltina. Com o objetivo de facilitar a administração destas cidades, o Distrito Federal foi dividido em regiões

administrativas e estas foram as sete primeiras regiões criadas (havia também a RA Jardins que foi extinta e cedeu espaço para as RAs Planaltina e Paranoá).

O crescimento da população e, conseqüentemente, a demanda por habitações provocou um aumento da ocupação territorial e novas regiões administrativas foram sendo criadas e algumas, com o passar do tempo, se desmembraram em duas regiões para parcelar a área já existente, como exemplo, Taguatinga que dividiu território com Águas Claras. A política de concessão de lotes e financiamentos de baixo custo que existia, pressionou, de certa forma, o governo, a criar novas regiões administrativas o que provocou a criação de 10 novas regiões em dois anos, suprimindo a necessidade de moradia das famílias de baixa renda. (OLIVEIRA, [200-], p.4). A Lei de criação das regiões administrativas e a data podem ser visualizadas na tabela a seguir.

**Quadro 1 – Lei e data de criação das Regiões Administrativas - Distrito Federal**

<b>Regiões Administrativas</b>	<b>Lei de Criação</b>	<b>Data</b>
RA I – Brasília/Plano Piloto	4.545	10/12/1964
RA II - Gama	4.545	11/12/1964
RA III - Taguatinga	4.545	12/12/1964
RA IV - Brazlândia	4.545	13/12/1964
RA V - Sobradinho	4.545	14/12/1964
RA VI - Planaltina	4.545	15/12/1964
RA VII - Paranoá	4.545	16/12/1964
RA VIII - Núcleo Bandeirante	49	25/10/1989
RA IX - Ceilândia	49	26/10/1989
RA X - Guará	49	27/10/1989
RA XI - Cruzeiro	49	28/10/1989
RA XII - Samambaia	49	29/10/1989
RA XIII - Santa Maria	348	04/11/1992
RA XIV - São Sebastião	467	25/06/1993
RA XV - Recanto das Emas	510	28/07/1993
RA XVI - Lago Sul	643	10/01/1994
RA XVII - Riacho Fundo	620	15/12/1993
RA XVIII - Lago Norte	641	10/01/1994
RA XIX - Candangolândia	658	27/01/1994
RA XX - Águas Claras	3.153	06/05/2003
RA XXI - Riacho Fundo II	3.153	07/05/2003
RA XXII – Sudoeste/Octogonal	3.153	08/05/2003
RA XXIII - Varjão	3.153	09/05/2003
RA XXIV - Park Way	3.255	29/12/2003
RA XXV - SCIA (Estrutural) (1)	3.315	27/01/2004
RA XXVI - Sobradinho II	3.314	27/01/2004
RA XXVII - Jardim Botânico	3.435	31/08/2004
RA XXVIII - Itapoã	3.527	03/01/2005
RA XXIX - SIA (2)	3.618	14/07/2005
RA XXX - Vicente Pires	4.327	26/05/2009
RA XXXI - Fercal	4.745	29/01/2012

Elaboração própria. Fonte: Diário Oficial do Distrito Federal - DODF – Informações divulgadas pela Codeplan em dezembro de 2014. Disponível em <[http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa\\_socioeconomica/pdad/2013/Pesquisa%20PDAD-DF%202013.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2013/Pesquisa%20PDAD-DF%202013.pdf)> Acesso em 10 de junho de 2015.

Nota: (1) SCIA - Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - inclui a Vila Estrutural (2) SIA - Setor de Indústria e Abastecimento

A seguir, apresento alguns quadros com dados sobre cada região administrativa, começando pelo Plano Piloto e depois em ordem alfabética, para explicitar as particularidades de cada uma delas e relação com o Plano Piloto.

Quadro 2 – Distância entre as regiões administrativas e o Plano Piloto

<b>Distrito Federal e Regiões Administrativas</b>	<b>Distância do Plano Piloto - KM</b>
Plano Piloto	x
Águas Claras	20
Brazlândia	45
Candangolândia	12
Ceilândia	26
Cruzeiro	7
Fercal	30
Gama	30
Guará	16
Itapoã	15
Jardim Botânico	10
Lago Norte	9
Lago Sul	8
Núcleo Bandeirante	15
Paranoá	13 - 66*
Park Way	12
Planaltina	35 - 70*
Recanto das Emas	27
Riacho Fundo I	17
Riacho Fundo II	21
Samambaia	25
Santa Maria	26
São Sebastião	26
SCIA - Estrutural	10
SIA	8
Sobradinho	19
Sobradinho II	20
Sudoeste/Octogonal	22
Taguatinga	33
Varjão	10
Vicente Pires	15

Elaboração própria. Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2013/14 – Informações divulgadas pela Codeplan e Google Maps (distância entre a RA e o Plano Piloto – em linha reta).

\*a distância refere-se ao ponto mais próximo e o mais distante da região administrativa em relação ao Plano Piloto levando em consideração a extensão do território da região em questão.



**Quadro 3 – Número de habitantes do Distrito Federal no Plano piloto e cidades satélites**

<b>Distrito Federal e Regiões Administrativas</b>	<b>Número de habitantes %</b>			
	<b>Total</b>	<b>≤ 14 anos</b>	<b>15 até 59 anos</b>	<b>≥ 60 anos</b>
Plano Piloto	221.223	12,55	63,76	23,69
Águas Claras	121.839	19,24	69,74	11,02
Brazlândia	50.728	23,27	64,77	11,96
Candangolândia	16.799	18,28	66,29	15,43
Ceilândia	449.592	22,57	62,98	14,45
Cruzeiro	32.446	13,32	13,32	17,29
Fercal	8.536	27,56	65,41	7,03
Gama	133.287	18,96	18,96	19,11
Guará	125.808	15,31	65,64	19,05
Itapoã	60.324	28,76	65,84	5,04
Jardim Botânico	26.000	18,41	65,84	15,75
Lago Norte	34.400	12,54	65,83	21,63
Lago Sul	31.206	11,6	59,12	29,28
Núcleo Bandeirante	23.714	16,29	68,72	14,99
Paranoá	45.613	22,03	66,05	11,92
Park Way	19.759	13,95	64,92	21,13
Planaltina	180.848	24,58	64,73	10,69
Recanto das Emas	133.527	23,5	69,5	7
Riacho Fundo I	37.278	20,07	69,28	10,65
Riacho Fundo II	39.093	23,32	68,39	8,29
Samambaia	220.806	22,32	68,4	9,8
Santa Maria	122.117	23,08	67,34	9,58
São Sebastião	97.977	24,88	69,01	6,11
SCIA - Estrutural	35.801	34,12	63,23	2,65
SAI	1.788	22,53	73,9	3,57
Sobradinho	63.715	19,15	65,55	15,3
Sobradinho II	97.983	22,07	65,01	12,92
Sudoeste/Octogonal	52.738	12,81	70,57	16,62
Taguatinga	214.282	16,56	62,83	20,61
Varjão	9.254	29,24	65,83	4,93
Vicente Pires	73.300	19,11	67,39	13,5

Elaboração própria. Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2013/14 – Informações divulgadas pela Codeplan.

**Quadro 4 – Naturalidade dos habitantes do Distrito Federal**

<b>Distrito Federal e Regiões Administrativas</b>	<b>Naturalidade %</b>	
	<b>DF</b>	<b>Imigrante</b>
Plano Piloto	35,14	64,87
Águas Claras	46,81	53,18
Brazlândia	56,41	43,59
Candangolândia	53,87	46,13
Ceilândia	51,73	48,27
Cruzeiro	44,53	55,47
Fercal	59,35	40,65
Gama	55,83	44,17
Guará	46,91	53,09
Itapoã	43,99	56,01
Jardim Botânico	45,77	54,23
Lago Norte	39,77	60,23
Lago Sul	40,93	59,07
Núcleo Bandeirante	48,37	51,63
Paranoá	50,06	49,94
Park Way	45,02	54,98
Planaltina	52,53	47,47
Recanto das Emas	52,6	47,4
Riacho Fundo I	51,51	48,49
Riacho Fundo II	54,22	45,78
Samambaia	52,91	47,09
Santa Maria	52,88	47,12
São Sebastião	41,98	58,02
SCIA - Estrutural	49,61	50,39
SAI	35,01	64,99
Sobradinho	52,69	47,31
Sobradinho II	50,09	49,91
Sudoeste/Octogonal	36,57	63,44
Taguatinga	48,2	51,8
Varjão	48,75	51,25
Vicente Pires	52,37	47,63

Elaboração própria. Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2013/14 – Informações divulgadas pela Codeplan.

Quadro 5 – Empregabilidade no Distrito Federal<sup>1</sup>

Distrito Federal e Regiões Administrativas	Empregabilidade - $\geq 10$ anos %		
	Remunerada	Aposentada	Desempregada
Plano Piloto	49,86	22,47	3,74
Águas Claras	55,87	11,96	4,54
Brazlândia	48,06	9,9	6,47
Candangolândia	42,37	11,7	7,33
Ceilândia	46,71	11,21	6,94
Cruzeiro	53,77	15,89	3,95
Fercal	46,89	6,02	8,17
Gama	43,62	15,96	5,83
Guará	51,62	15,77	4,27
Itapoã	52,71	5,26	7,24
Jardim Botânico	54,5	14,11	3,83
Lago Norte	55,63	20,93	4,55
Lago Sul	49,37	25,21	13,83
Núcleo Bandeirante	54,32	12,21	5,49
Paranoá	52,49	9,2	6,54
Park Way	49,6	22,28	3,69
Planaltina	43,46	9,32	5,67
Recanto das Emas	49,23	6,21	5,6
Riacho Fundo I	53,63	10,26	4,48
Riacho Fundo II	50,2	8,26	6,06
Samambaia	50,61	8,3	6,06
Santa Maria	48,79	8,96	6,95
São Sebastião	54,71	5,29	5,42
SCIA - Estrutural	48,12	2,3	7,1
SAI	52,42	1,27	4,27
Sobradinho	49,08	13,41	5,74
Sobradinho II	47,62	11,4	6,14
Sudoeste/Octogonal	61,69	17,42	2,79
Taguatinga	47,51	16,69	5,31
Varjão	51,69	3,8	7,67
Vicente Pires	51,47	12,87	4,11

Elaboração própria. Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2013/14 – Informações divulgadas pela Codeplan.

<sup>1</sup> Utilizou-se o termo empregabilidade pois este abrange a “qualidade do que é empregável ou capacidade para arranjar um emprego”, ao passo que o termo emprego significa apenas “ocupação remunerada e determinada a que alguém se dedica”, e não incorporaria as informações contidas no quadro. “empregabilidade” e “emprego”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/emprego> [consultado em 02-09-2015].

Quadro 6 – Região de trabalho dos moradores do Distrito Federal em relação à moradia

Distrito Federal e Regiões Administrativas	Entre os trabalhadores residentes na RA %	
	Trabalham na própria RA	Trabalham no Plano Piloto
Plano Piloto	89,17	x
Águas Claras	18,66	48,57
Brazlândia	52,45	23,47
Candangolândia	18,15	51,74
Ceilândia	36,88	28,21
Cruzeiro	22,45	61,44
Fercal	55,58	16,62
Gama	43,1	34,32
Guará	29,58	46,03
Itapoã	20,87	30,94
Jardim Botânico	14,2	67,59
Lago Norte	14,39	67,46
Lago Sul	20,1	66,63
Núcleo Bandeirante	33,29	42,56
Paranoá	29,98	36,19
Park Way	10,48	63,95
Planaltina	42,03	41,27
Recanto das Emas	26,65	33,56
Riacho Fundo I	25,51	37,88
Riacho Fundo II	20,39	31,82
Samambaia	29,28	32,34
Santa Maria	30,85	39,14
São Sebastião	33,78	35,36
SCIA - Estrutural	38,43	15,95
SAI	39,95	40,19
Sobradinho	42,11	43,65
Sobradinho II	18,04	44,92
Sudoeste/Octogonal	7,54	80,77
Taguatinga	43,95	30,7
Varjão	20,24	28,07
Vicente Pires	18,26	34,71

Elaboração própria. Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2013/14 – Informações divulgadas pela Codeplan.

**Quadro 7 – Renda Familiar dos Habitantes do Distrito Federal por Domicílio**

<b>Distrito Federal e Regiões Administrativas</b>	<b>Renda domiciliar R\$</b>	
	<b>Renda média</b>	<b>Renda per capita</b>
Plano Piloto	12.742,21	5.188,84
Águas Claras	8.704,96	3.372,71
Brazlândia	2.687,50	799,7
Candangolândia	3.984,22	1.106,87
Ceilândia	2.509,22	718,40
Cruzeiro	8.072,78	2.677,70
Fercal	2.097,62	577,70
Gama	3.692,00	1.079,11
Guará	7.266,79	2.407,17
Itapoã	2.696,91	750,77
Jardim Botânico	14.058,01	4.480,16
Lago Norte	13.854,27	4.985,44
Lago Sul	21.794,64	6.933,40
Núcleo Bandeirante	4.777,05	1.499,73
Paranoá	2.633,67	737,50
Park Way	17.725,98	5.195,82
Planaltina	2.603,71	716,61
Recanto das Emas	2.346,00	683,00
Riacho Fundo I	4.354,00	1.330,00
Riacho Fundo II	2.714,36	750,81
Samambaia	2.633,00	742,00
Santa Maria	2.543,82	696,72
São Sebastião	2.689,89	761,84
SCIA - Estrutural	1.465,15	428,00
SAI	5.829,65	1.598,27
Sobradinho	5.461,51	1.593,68
Sobradinho II	5.520,14	1.518,41
Sudoeste/Octogonal	14.942,95	6.560,04
Taguatinga	5.138,58	1.639,04
Varjão	1.850,84	495,88
Vicente Pires	7.539,35	2.134,04

Elaboração própria. Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2013/14 – Informações divulgadas pela Codeplan.

Dentre todos os dados presentes na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), os dados inseridos na tabela foram selecionados para que fosse possível perceber as particularidades de cada região administrativa e a relação que elas possuem com o Plano Piloto. É preciso, porém, fazer uma ressalva quanto a distância entre as regiões administrativas e o Plano Piloto, a distância foi medida pelo mapa em linha reta,

desconsiderando o percurso real feito no deslocamento, o que tornaria a distância consideravelmente maior.

Analisando os dados presentes no Quadro 6, percebe-se que o contingente da população que precisa se deslocar da própria região administrativa para o Plano Piloto para trabalhar é alto, o que significa que o Distrito Federal deve, ou deveria possuir vias de acesso de qualidade e transporte público eficiente a fim de atender a esta demanda. No entanto, quem vive em Brasília sabe que a realidade é diferente, nos horários de maior fluxo – ida ao trabalho e volta para casa – os engarrafamentos tomam conta das principais vias de acesso da cidade demonstrando a ineficiência do transporte público e a grande quantidade de carros presente no Distrito Federal. Não é à toa que o autor Benny Schvasberg (2010, p.265) afirma que, em relação a infraestrutura urbano do Distrito Federal, “os planos [planos diretores] são unânimes em reafirmar a relevância do papel do transporte coletivo como organizados do espaço territorial”. De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre o “Tempo de Deslocamento Casa-Trabalho no Brasil (1992-2009): diferenças entre regiões metropolitanas, níveis de renda e sexo”<sup>9</sup>, que foi realizada com as nove maiores regiões metropolitanas do Brasil (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre) e o Distrito Federal, o Distrito Federal é a quarta região com maior tempo médio de deslocamento casa-trabalho com quase 35 minutos (BRASÍLIA, 2013, p.12). Esse dado é questionável, pois os que residem no Distrito Federal e fazem esse percurso casa-trabalho diariamente, dependendo da região administrativa em questão, certamente discordam da média de tempo divulgada pela pesquisa. Não se sabe em que horário a pesquisa foi realizada, as condições de trânsito e de que ponto a que ponto a distância do deslocamento foi medida, fatores que influenciam no aumento do tempo médio de deslocamento. Esta pesquisa trouxe um dado importante que costuma passar despercebido nas discussões sobre esse assunto. Muito se discute sobre a diferença nas condições do transporte público e das vias de acesso às regiões administrativas, comparando os diferentes níveis sociais entre a população que nelas residem, mas não se costuma fazer uma análise da diferença no tempo médio de deslocamento casa-trabalho dessa população, e essa pesquisa mostrou que a viagem feita pelos pobres é 75% mais demorada do que a dos mais ricos. “Os resultados apontam para importância de futuros estudos que investiguem em que medida esta desigualdade nos tempos de viagens é resultado de diferentes níveis de

---

<sup>9</sup> Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1813.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1813.pdf)> Acesso em 10 de junho de 2015.

segregação espacial e de acessibilidade dos bairros nas áreas metropolitanas brasileiras” (BRASÍLIA, 2013, p.20).

Uma realidade evidente que os dados mostram é a grande diferença de renda existente no Distrito Federal. Apesar do crescimento econômico pelo qual a capital vem passando, o nível de desigualdade no Distrito Federal é muito elevado. O índice de Gini calculado na capital no ano de 2008 e divulgado pelo IPEA no ano de 2010, por meio do “Comunicado do IPEA nº44 Brasília: impactos econômicos da capital no centro-oeste e no país”<sup>10</sup> mostra que o nível de desigualdade social no Distrito Federal é maior que o nível do Brasil, 0,63 contra 0,59, sem levar em consideração os benefícios concedidos pelos programas de transferência de renda do governo; se levada em consideração a concessão de benefícios do governo, o índice de Gini permanece inalterado no Distrito Federal enquanto no Brasil cai para 0,55, o que significa que as transferências governamentais não afetam a distribuição de renda (BRASÍLIA, 2010, p.9). Um exemplo do nível da desigualdade de renda é a diferença entre a renda per capita mais baixa dentre as regiões administrativas, a da SCIA- Estrutural de quase metade de um salário mínimo (R\$428,00), e a maior renda per capita, a do Lago Sul, superior a nove salários mínimos (R\$6.933,40).

O número de habitantes separados por idade e a empregabilidade são indicadores importantes para dar visibilidade àqueles que contribuem com a economia do Distrito Federal, sendo as pessoas entre 15 e 59 as economicamente ativas, e levando em consideração que o gasto das crianças (até 14 anos) é bancado pelos pais uma vez que a criança não possui renda. O item nacionalidade traz dados que se referem ao tema que será abordado a seguir neste trabalho, a população do Distrito Federal, aqueles que nasceram aqui e aqueles que vieram de outras cidades e serve para se ter um panorama da quantidade de imigrantes que foram seduzidos pela nova capital do Brasil. A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) traz outros dados, como por exemplo, o tempo de residência dessas pessoas no Distrito Federal, para que se possa ter um respaldo de quando esses imigrantes chegaram a Brasília.

Além de se acomodar nas regiões administrativas distribuídas pela extensão do Distrito Federal, a população que migrava para ficar mais próxima da nova capital ultrapassou os limites dessa área e ocupou municípios do Estado de Goiás. Pelo que consta na nota técnica nº

---

<sup>10</sup>

Disponível

em:

<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/100420\\_comunicadoipea44.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/100420_comunicadoipea44.pdf)> Acesso em 24 de agosto de 2015.

1/2014 da “Delimitação do Espaço Metropolitano de Brasília (Área Metropolitana de Brasília)”, divulgada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan)<sup>11</sup>, essa área, no Distrito Federal, é formada por doze municípios: Águas Lindas de Goiás, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Cidade Ocidental, Santo Antônio do Descoberto, Planaltina, Luziânia, Formosa, Padre Bernardo, Cocalzinho de Goiás, Cristalina e Alexânia, sendo os sete primeiros os que mantêm relação mais intensa com a capital. Essa relação entre os municípios limítrofes foi promulgada na Constituição Federal de 1988, no Capítulo III Art. 25 § 3º da Organização do Estado, e definiu que os Estados Federados “poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum” (BRASÍLIA, 2014, p.6; 15-6). A relação mais importante que decorre dessa ligação entre Brasília e sua Área Metropolitana é a atração de investimentos industriais e, conseqüentemente, uma ampla gama de serviços de apoio à esta atividade.

Da industrialização da AMB, decorreriam conseqüências positivas, tais como: a) redução da enorme dependência do setor público, em termos de geração de renda e de ocupação; b) ampliação da oferta de empregos de maior qualificação e, conseqüentemente, de melhor remuneração; c) ampliação da capacidade de arrecadação própria e, conseqüentemente, da capacidade de investimentos; d) desconcentração da atividade produtiva, fortemente concentrada no Plano Piloto; e e) redução da desigualdade na distribuição social e espacial da renda. (MIRAGAYA, 2014, *on-line*)<sup>12</sup>.

### 2.3 População

Paviani (2010, p.235) afirma “que antes de ser inaugurada, a capital teve sua população multiplicada por dez”, e Helena Pontual ([200-], *on-line*)<sup>13</sup> da Agência Senado, faz uma comparação que explicita bem essa ferocidade com que a população do Distrito Federal cresceu, ela diz em sua reportagem publicada no portal do Senado Federal<sup>14</sup> que, comparando o crescimento populacional do Brasil com o do Distrito Federal, de 1960 até 2009, o país cresceu 188,8% enquanto a capital cresceu 1.759,8%. A população estimada da capital na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – Distrito Federal de 2013 (PDAD/DF) em julho do mesmo ano era de aproximadamente 2.786.684 habitantes e é com base nessa estimativa que apresento os dados a seguir retirados, também, da PDAD/DF 2013.

<sup>11</sup> Disponível em: <[http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa\\_socioeconomica/desenvolvimento\\_region\\_al/2014/AMB%20-%20Nota%20Tecnica%20dez2014.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/desenvolvimento_region_al/2014/AMB%20-%20Nota%20Tecnica%20dez2014.pdf)> Acesso em 27 de agosto de 2015.

<sup>12</sup> Idem nota de rodapé nº 12.

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasil50anos/not01.asp>> Acessado em 4 de junho de 2015.

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasil50anos/not01.asp>> Acessado em 4 de junho de 2015.



“Brasília foi construída por milhares de brasileiros que se deslocaram de várias regiões do país” (PONTUAL, [200-], *on-line*). Do total de habitantes da capital federal, quase 49% são naturais do DF, o que revela que muitos casais vieram fazer família na região, pois uma cidade com pouco mais de 50 anos já possui quase metade da população naturalizada. Em relação aos imigrantes, 52% são da região nordeste, seguidos por 26% da região sudeste, estrangeiros somam apenas 0,61%; a população vinda da região nordeste chegou atraída pelo desejo de mudar de vida e crescer junto com a nova cidade, desejo esse que continua sendo alimentado por aqueles que vêm para capital em busca de melhores condições de vida; já os da região sudeste acompanharam o deslocamento da capital do litoral para o interior do país. Dos conjuntos de fatores que motivaram a migração para o Distrito Federal, acompanhar parentes e a procura de trabalho destacam-se como principais motivos para essa decisão. Contudo, deve-se levar em conta “que o item acompanhar parentes refere-se, principalmente, aos filhos que chegaram na companhia dos pais, a procura de trabalho” (BRASÍLIA, 2013, p.25-7). O autor Brasilmar Ferreira Nunes (2003) traz uma colocação interessante sobre este atrativo – procura de trabalho – durante o período de construção da capital:

A capacidade de sedução do projeto de Brasília sobre os indivíduos que se encontram em disponibilidade de migrar é ai um elemento favorável à representação simbólica, que significava participar da construção da capital do país (PAVIANI, et al. NUNES, 2003 p. 76-7).

Ainda sobre esse assunto e como mostra os dados acima citado, o estado que predomina em número de imigrantes em quase todas as regiões administrativas é a Região Nordeste, com exceção de Brasília, em que predomina os imigrantes da Região Sudeste, devido à transferência dos Órgãos Públicos do Rio de Janeiro, antiga capital do país (OLIVEIRA, [200-], p.10).

A maioria dos habitantes do Distrito Federal, mais de 65%, está na faixa etária entre 15 e 59 anos e são àqueles que compõem a população economicamente ativa da região. A análise referente a ocupação dessa população economicamente ativa, nesse caso, a partir dos 10 anos de idade, mostra que 49% têm atividades remuneradas, 17% somente estudam, enquanto 5% se encontram desempregados, o que significa que 1.207 milhão de pessoas são ocupadas e trabalham, em sua maioria, no comércio, na Administração Pública e, em serviços gerais. Do total de trabalhadores, a maioria, 51%, são empregados com carteira de trabalho, e 22% são trabalhadores autônomos. Do total de postos de trabalho, 42,5% estão localizados no Plano Piloto, seguido por Taguatinga e depois distribuídos pelas demais regiões administrativas; o alto índice de postos de trabalho localizados no Plano Piloto também aparece no Quadro 6 que

mostra a região de trabalho dos moradores em relação à moradia, e se explica pelo fato dessa região ser sede do poder público, local onde grandes empresas se localizam e também pela grande quantidade de comércios e serviços existentes na região, atraídos justamente pelo grande fluxo de pessoas. Taguatinga aparece em segundo lugar por possuir uma certa independência econômica devido à grande diversidade no comércio local; se localizam na região hospital, clínicas, comércio e serviços, shoppings, escolas e faculdades, gerando postos de trabalho para os que residem na cidade.

Os dados da PDAD/DF também revelam que existem especificidades em cada região administrativa, como por exemplo, uma característica que é realmente notável na capital, os perfis dos residentes segundo a atividade econômica à qual pertence. Verifica-se que os trabalhadores da administração pública residem em maior proporção no SIA, Sudoeste/Octogonal, Plano Piloto, Jardim Botânico, Cruzeiro e Lago Norte. Por outro lado, a maioria dos empregados domésticos tem residência fixada no Varjão, Itapoã, Paranoá e São Sebastião. Outro fato que explicita essa segregação é que as maiores taxas de trabalhadores ocupados, mas sem carteira assinada, encontram-se nas regiões administrativas de renda baixa. “Quanto menor a renda e menor escolaridade, maior o percentual da população ocupada sem carteira assinada e vice-versa” (BRASÍLIA, 2013, p.31). Essa característica nos revela que apesar de planejado e desenvolvido, o Distrito Federal apresenta um alto índice de desigualdade que já foi mencionado anteriormente quando levantado por Paviani (1991, p.137) o fato de que em Brasília, “a posição socioeconômica e o status são mensurados pela localização residencial do indivíduo na cidade”.

Apesar de o desenvolvimento econômico do Distrito Federal ser alto, assunto que irei abordar no próximo tópico, a reportagem de Helena Pontual [200-] mostra o contraste entre o Plano Piloto e as regiões administrativas em números; ela revela que o índice de pobreza e desigualdade social na capital federal chegou a 37% em 2003, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como diz Ignez Costa B. Ferreira é o “mito do planejamento como solução para as desigualdades sociais” (PAVIANI, et al. FERREIRA, 2010, p.51).

Os dados a seguir evidenciam ainda mais a desigualdade social existente no Distrito Federal, principalmente quando se fala em renda. A renda domiciliar média da população do DF, em 2013, apurada pela PDAD era da ordem de R\$ 5.015,04 ou 6,93 Salários Mínimos (SM) e renda per capita de R\$ 1.489,57 (ou 2,20 SM). As regiões administrativas com os

maiores índices de renda média domiciliar foram Lago Sul, seguida do Park Way, Sudoeste/Octogonal e Lago Norte. A renda mais alta (Lago Sul) representa quatro vezes a renda média do Distrito Federal. Já as regiões com as menores taxas de renda média domiciliar são, respectivamente, SCIA-Estrutural, com quase dois salários mínimos, Varjão e Fercal. Esses dados demonstram que apesar de o Distrito Federal possuir uma renda média com valor elevado, quando se desagrega esses dados por região, a situação acima inferida se confirma, pois fica evidente o elevado nível de desigualdade interna existente no Distrito Federal e mensurada pelo Coeficiente de Gini<sup>15</sup>, com o resultado de 0,474. A maior renda domiciliar média (Lago Sul) destoa em 14 vezes da menor renda (Estrutural) e em termos de renda per capita, essa diferença é ainda maior, 18 vezes.

## 2.4 Economia

Os títulos das reportagens são animadores: “DF apresenta uma das economias mais promissoras do país”<sup>16</sup>, “DF é a sétima economia do país”<sup>17</sup>, “Economia no DF cresce mais que a média nacional em 2014”<sup>18</sup>. Não só esses títulos, mas também os dados trazidos pela Codeplan através do Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal (Idecon/DF) confirmam que a economia do Distrito Federal tem crescido apesar da crise que atinge o mundo.

A Codeplan divulgou, em novembro de 2014, dados referentes ao Produto Interno Bruto (PIB)<sup>19</sup> do Distrito Federal que fechou o ano de 2012 com R\$171,236 bilhões, colocando o DF na sétima posição entre as maiores economias do Brasil. Considerando a população de 2012 – ano em que foi calculado o PIB em questão – em 2,649 milhões de habitantes, o PIB per capita foi estimado em R\$64.653,00, o maior PIB per capita do país com praticamente o triplo do valor nacional (R\$22.646,00) e quase o dobro do segundo colocado, São Paulo (R\$33.624,00).

<sup>15</sup> O coeficiente de Gini é um cálculo usado para medir a desigualdade social. Apresenta dados entre o número 0 e o número 1, onde zero corresponde a uma completa igualdade na renda, e um corresponde a uma completa desigualdade, ou seja, no resultado final, quanto mais um país (ou região, no caso da PDAD/DF) se aproxima do número 1, mais desigual é a distribuição de renda e riqueza, e quanto mais próximo do número 0, mais igualitário será aquele país/região. Disponível em: <<http://desigualdade-social.info/indice-de-gini.html>> Acessado em: 4 de junho de 2015.

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://www.anuariodof.com.br/economia/economia-3/>> Acessado em 11 de junho de 2015.

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://www.anuariodof.com.br/radiografia-do-df/economia-2/>> Acesso em 11 de junho de 2015.

<sup>18</sup> Disponível em: <<http://www.df.gov.br/conteudo-agencia-brasil/18947-economia-no-df-cresce-mais-que-a-m%C3%A9dia-nacional-em-2014.html>> Acesso em 11 de junho de 2015.

<sup>19</sup> Disponível em: <[http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa\\_socioeconomica/2014/ESTUDOS/PIB-DF%202012.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/2014/ESTUDOS/PIB-DF%202012.pdf)> Acesso em 22 de julho de 2015.

A economia do Distrito Federal apresentou desempenho elevado quando comparado com o PIB nacional, e isso se deve ao fato de o setor de serviços possuir maior peso na estrutura produtiva local, influenciado principalmente pela atividade pública, favorecendo o DF em períodos de crise econômica. O Idecon/DF apresenta dados do quarto trimestre de 2014 referentes à atividade econômica do Distrito Federal<sup>20</sup>; o setor de serviços representa 94% de toda a atividade econômica do Distrito Federal, influenciando, sobremaneira, o resultado geral do desempenho econômico local; que evoluiu 1,2% nos últimos três meses de 2014, em relação ao mesmo período do ano anterior. O setor industrial representa 5,7% do PIB local, a Construção Civil representa 3,4% da estrutura produtiva do Distrito Federal e quase 60% de toda a indústria local. O setor agropecuário no Distrito Federal representa apenas 0,3% da economia da região e cresceu 2,7% no último trimestre de 2014, em relação ao mesmo período de 2013 (BRASÍLIA, 2014; p.7-11).

Ainda com base no Idecon/DF, de modo geral, o setor de serviços vem assegurando o movimento positivo da economia do Distrito Federal. Apesar das várias quedas registras nos setores econômicos da região, todos os índices da capital mantiveram-se acima dos índices nacionais. O Distrito Federal possui uma baixa diversificação de atividades econômicas quando comparada a influência do setor de serviços frente aos demais setores que possuem pouca representatividade na economia local (idem, p. 5,7). O diretor interino de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas da Codeplan, Flávio Gonçalves, explicou, em notícia publicada pela Codeplan (nota de rodapé nº20) que, “apesar da porcentagem menor, o segmento de serviços tem peso mais significativo que o da agropecuária”, ou seja, mesmo com baixa porcentagem no PIB local, não se deve desconsiderar a importância desses setores para o desenvolvimento da capital.

#### **2.4.1 Indústria**

O Distrito Federal convive com alguns mitos relacionados à indústria. O argumento de que a existência de um parque industrial iria contra as funções político-administrativas da capital; de que a atividade industrial não tem mais o peso de décadas atrás; de que a poluição gerada por essas indústrias deterioraria a qualidade de vida de Brasília e, por fim, de que não existe espaço no Distrito Federal para a implantação de indústrias, são mitos que já foram quebrados através de exemplos de outros países. A Área Metropolitana de Brasília seria o local perfeito para alocar estas indústrias, como já foi apresentado anteriormente, e, para que

---

<sup>20</sup> Disponível em: <[http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/idecon/IDECON-DF\\_4\\_Trimestre\\_2014.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/idecon/IDECON-DF_4_Trimestre_2014.pdf)> Acesso em 11 de junho de 2015.

isso de fato ocorra, é necessário “criar as condições para atraí-los, como investimentos em logística, ampliação e diversificação da oferta de energia e qualificação de mão de obra” (MIRAGAYA, 2014, *on-line*)<sup>21</sup>.

O Perfil da Indústria nos Estados 2014 divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI)<sup>22</sup>, traz todos os dados relacionados a esse segmento no Distrito Federal e revela que a indústria brasileira produz R\$ 8,4 bilhões, emprega 117 mil trabalhadores e é responsável por 9% do emprego formal com o terceiro maior salário industrial médio do país e o maior da região centro-oeste. O valor do PIB industrial do DF em 2012 foi de R\$8,4 bilhões, e corresponde a 5,7% do PIB do DF no ano em questão e a 0,9% do PIB industrial nacional desse mesmo ano. Os principais setores da indústria brasileira são, respectivamente, os de bebidas, alimentos e produtos de minerais não metálicos que juntos representam 68,7% do total da indústria da capital (BRASÍLIA, 2014, p. 173). O DF exportou apenas US\$4 milhões no ano de 2013, o menor valor dentre todas as cidades e; de todas as exportações realizadas no estado, a indústria corresponde a apenas 1,7%. A indústria do Distrito Federal é um setor pouco representativo pois, como explicado no início do capítulo, o governo Juscelino Kubitschek impediu a instalação de indústrias poluentes na capital.

A capital emprega 117 mil trabalhadores no setor Industrial, que corresponde a 9% do total de empregos com carteira assinada no DF e a apenas 1% da força de trabalho industrial nacional. Apesar do baixo índice e empregabilidade industrial que o Distrito Federal apresenta comparado com o total nacional, a indústria brasileira paga um salário 11,1% maior que a média da indústria nacional, e no ano de 2013 a média salarial da indústria foi de R\$2.319,00. A indústria pagou R\$1,1 bilhão em ICMS<sup>23</sup> em 2013, valor que representa 11,5% do PIB industrial distrital (2012) e 1,1% da arrecadação nacional do ICMS na indústria (BRASÍLIA, 2014, p. 174-176).

Analisando os dados trazidos pela Confederação Nacional da Indústria nota-se que este setor está bem desenvolvido no Distrito Federal quando se comparam os índices regionais com os nacionais e que, apesar de ter pequena participação na economia total do Distrito

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/noticias/artigos/item/3058-a-ind%C3%BAstria-o-df-e-seus-mitos.html>> Acesso em 27 de agosto de 2015.

<sup>22</sup> Disponível em: <[http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/cni\\_estatistica\\_2/2015/02/11/166/Perfil\\_da\\_Industria\\_nos\\_Estados\\_Fevereiro2015.pdf](http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/cni_estatistica_2/2015/02/11/166/Perfil_da_Industria_nos_Estados_Fevereiro2015.pdf)> Acesso em 11 de junho de 2015.

<sup>23</sup> Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/tributos/icms.html>> Acesso em 29 de junho de 2015.

Federal, quando analisada de forma particular, a indústria se apresenta consolidada na capital e em busca de se projetar cada vez mais no cenário econômico distrital.

### **2.5 Emprego e comércio**

Os dados mais recentes publicados pelo Governo do Distrito Federal referentes ao índice de empregabilidade na capital estão registrados na Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal – PED/DF de abril de 2015<sup>24</sup>. Esse boletim mostrou que no mês e ano em questão a taxa de desemprego total aumentou entre março e abril de 2015, chegando a aproximadamente 215 mil pessoas desempregadas. Esse aumento se deve ao fato de que mesmo com a geração de 15 mil postos de trabalho, esse crescimento é insuficiente para absorver o aumento do número de pessoas que passaram a integrar a força de trabalho da região; a taxa de participação (indicador que estabelece a proporção de pessoas com 10 anos e mais presentes no mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas) também se elevou nesse mesmo período, ou seja, houve um aumento no contingente da população apta ao trabalho. A análise das taxas de desemprego por grupos de regiões administrativas segundo nível de renda<sup>25</sup>, indica que o Grupo 1, que reúne as regiões de renda mais alta, foi o único que registrou diminuição no número de desempregados entre março e abril de 2015. Conseqüentemente, os grupos de regiões de renda intermediária e renda mais baixa – Grupos 2 e 3, respectivamente – assinalaram aumento nesta taxa. (BRASÍLIA, 2015, p.1-2).

A Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista e Serviços de Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal que é elaborada e realizada pelo Instituto Fecomércio/DF<sup>26</sup> em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal - SEBRAE/DF fez um levantamento de dados por meio de amostragem probabilística/estratificada, observando empresas de Micro e Pequeno Porte nas Regiões Administrativas de maior representatividade econômica do Distrito Federal. O universo pesquisado (900 empresas) foi apresentado no relatório de março de 2015 e conta com 14 segmentos do comércio varejista (595 empresas) e 10 segmentos de serviços (305

<sup>24</sup>

Disponível

em:

<[http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa\\_socioeconomica/ped/2015/PED-DF\\_abril\\_2015.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/ped/2015/PED-DF_abril_2015.pdf)> Acesso em 21 de julho de 2015.

<sup>25</sup> Grupo 1: grupo de Regiões Administrativas de renda mais alta (Brasília, Lago Sul e Lago Norte); Grupo 2: grupo de Regiões Administrativas de renda intermediária (Gama, Taguatinga, Sobradinho, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Guará, Cruzeiro, Candangolândia e Riacho Fundo); Grupo 3: Grupo de Regiões Administrativas de renda mais baixa (Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Recanto das Emas). Fonte: PED/DF abril 2015.

<sup>26</sup> Disponível em: <[http://www.institutofecomerciodf.com.br/portal/images/pesquisas/conjunturais/conjunturais-2015/conjuntural\\_marco%202015\\_final.pdf](http://www.institutofecomerciodf.com.br/portal/images/pesquisas/conjunturais/conjunturais-2015/conjuntural_marco%202015_final.pdf)> Acesso em 22 de julho de 2015.

empresas)<sup>27</sup>. Fazendo o comparativo com fevereiro de 2015, o universo amostral nesses setores apresentou variações tanto positivas quanto negativas ao longo do período, e fecharam o mês com um aumento de 1,5% no setor de serviços e de menos de 1% no setor de comércio (BRASÍLIA, 2015, p.8). É importante saber que o mês de março registrou o primeiro aumento das vendas do comércio brasileiro no ano de 2015; o presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio), Adelmir Santana frisou, contudo, que este aumento não foi suficiente para recuperar a queda dos meses anteriores<sup>28</sup>.

Os dados divulgados pela Fecomércio servem como base para identificar os principais destinos da renda da população, suas preferências de consumo, podendo essa pesquisa ser usada como embasamento para futuros comerciantes que pretendem abrir negócio na capital, pois os dados revelam as variações positivas e negativas de cada segmento e por ser uma pesquisa mensal, é possível se atualizar das tendências do mercado analisando determinados períodos do ano.

## **2.6 Meio Ambiente**

O grande desafio do Distrito Federal é tratar o lixo que produz, são mais de 10 mil toneladas diárias, produzidas por todas as cidades do Distrito Federal, segundo notícia recente apresentada pelo DFTV<sup>29</sup>. O maior lixão da América Latina está em nossa cidade. O lixão da estrutural, com 174 hectares de área recebe 2.700 toneladas de resíduos domiciliares, 6 mil toneladas de dejetos proveniente da construção civil. “O volume de lixo chega aos 40 metros de altura”<sup>30</sup>.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) prevê o fechamento dos lixões no Brasil e a substituição por aterros sanitários. A diferença entre os dois é notória, “para o aterro vão apenas os dejetos, que ficarão em uma célula quimicamente tratada, com mantas de impermeabilização, dutos para a captação dos gases produzidos pelo lixo e sistema de

---

<sup>27</sup> No setor de comércio os segmentos são: autopeças e acessórios (41); bares, restaurantes e lanchonetes (120); calçados (23); farmácia e perfumaria (46); floricultura (14); informática (31); livraria e papelaria (31); lojas de utilidades domésticas (21); material de construção (50); mercado e mercearia (66); móveis e decoração (23); óticas (16); tecidos (6) e vestuário (107). No setor de serviços os segmentos são: academia (31); agências de viagem (9); alugue de artigos para festa (41); autoescola (6); casa de eventos (10); clínica estética (39); ensino de idiomas (15); pet shop (39); reparação de eletroeletrônicos (40) e salão de beleza (75).

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://www.fecomerciodf.com.br/vendas-do-comercio-do-df-crescem-pela-primeira-vez-no-ano/>> Acesso em 22 de julho de 2015.

<sup>29</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/videos/t/dftv-2a-edicao/v/especialistas-dizem-que-df-tem-grande-desafio-com-o-lixo-que-produz/4233375/>> Acesso em 19 de junho de 2015.

<sup>30</sup> Dados retirados da reportagem especial do correio brasileiro sobre o lixão da estrutural. Disponível em: <[correiobrasiliense.com.br/especiais/lixao-da-estrutural/](http://correiobrasiliense.com.br/especiais/lixao-da-estrutural/)> Acesso em 24 de junho de 2015.

drenagem do chorume”<sup>31</sup>, o que quer dizer que a separação do lixo terá início nas residências e será fundamental para o funcionamento correto do aterro. “O lixo reciclável, tanto da coleta seletiva, quanto da convencional, será encaminhado para centros de triagem”<sup>32</sup>. Contudo, a falta de informação tem provocado a rejeição do aterro pelos moradores que moram próximos a área destinada à construção deste, e a data de previsão para abertura do mesmo ainda está longe.

Ninguém quer um aterro perto de casa, assim como não quer um cemitério, por exemplo. As pessoas sabem que é preciso ter, que é urgente ter, mas não querem por perto. É a política do 'not in my backyard' (termo inglês que diz 'não no meu quintal'). Então, em qualquer lugar escolhido para ser um aterro as pessoas iriam reclamar. O fato é que o lixo tem que acabar e o aterro é uma realidade muito melhor. (GOMES, [200-], *on-line*).<sup>33</sup>

Apesar de, segundo a PNRS, ser obrigação exclusiva dos municípios e do Distrito Federal a erradicação dos lixões brasileiros, um trabalho de conscientização e educação da população é fundamental, pois parte do funcionamento do aterro se inicia nos lares dos brasilienses, o que quer dizer que o lixo “é um problema de toda a sociedade”<sup>34</sup>. O problema é que além do lixão da estrutural que funciona de forma irregular, o lixo se espalha pelas ruas das cidades, sendo fonte de doenças e mau cheiro sem contar a poluição visual e ambiental que causa. Brasília que possui áreas verdes e bem cuidadas em algumas regiões se depara com depósitos de lixo no centro de algumas cidades, normalmente as com renda mais baixa.

O crescimento desordenado da população brasiliense traz consigo dificuldades com a produção e gestão do lixo além da demanda por saneamento, gestão da água e preservação do cerrado. Uma saída encontrada pelo Governo do Distrito Federal foi firmar um compromisso, junto ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios que trata da questão do processo de regularização dos parcelamentos irregulares do solo, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE-DF). É um instrumento técnico-político previsto na Política Nacional de Meio Ambiente e na Lei Orgânica do DF que objetiva subsidiar as ações de planejamento, de modo

---

<sup>31</sup> SARAIVA, Jacqueline para Correio Brasiliense. Disponível em: <correiobrasiliense.com.br/especiais/lixao-da-estrutural/> Acesso em 23 de novembro de 2014.

<sup>32</sup> Idem nota de rodapé nº31.

<sup>33</sup> Paulo Celso dos Reis Gomes em reportagem a Jacqueline Saraiva para Correio Brasiliense. Disponível em: <correiobrasiliense.com.br/especiais/lixao-da-estrutural/> Acesso em 23 de novembro de 2014.

<sup>34</sup> Thérèse Hofmann em reportagem a Michelle Macedo para Correio Brasiliense. Disponível em: <correiobrasiliense.com.br/especiais/lixao-da-estrutural/> Acesso em 23 de novembro de 2014.



a otimizar o uso do espaço e promover o desenvolvimento sustentável do território a partir do conhecimento das potencialidades e vulnerabilidades socioambientais existentes<sup>35</sup>.

### **3 MEIO AMBIENTE: PRINCIPAIS MANIFESTAÇÕES DA CRISE AMBIENTAL NO DISTRITO FEDERAL**

A preocupação com a preservação do meio ambiente no Distrito Federal esteve presente desde as ações iniciais do planejamento da cidade de Brasília, com avenidas arborizadas, entrequadras com jardins, e a conservação dos parques ecológicos que já existiam na região. Mas essa preocupação com o espaço que a natureza ocuparia se restringiu ao Plano Piloto e aos parques, pois o crescimento inesperado da população de Brasília gerou uma expansão muito rápida no número de cidades satélites construídas e, por causa da pressa em acomodar a população que chegava a capital não foram tomadas as devidas precauções com a vegetação presente.

A relação do brasiliense com o meio ambiente não é das melhores, a começar com a quantidade de lixo descartado diariamente pela população e recolhido pelo Sistema de Limpeza Urbana (SLU); além da disposição desses resíduos em locais irregulares, como terrenos baldios e canteiros de obras poluindo o próprio meio em que vivem, e ainda podemos citar os “lixinhos” espalhados pelas ruas que corroboram com a poluição e, em tempos de chuva se refletem nas enchentes que ocorrem na cidade. São comportamentos que precisam ser mudados e essa mudança começa repensando os hábitos de consumo e reduzindo a quantidade consumida e, conseqüentemente, se reduzirá também o volume de lixo.

Os principais sintomas do consumo imposto pelo capital, no Distrito Federal, são a quantidade de veículos, de aparelhos celulares e a gestão dos resíduos que ainda são descartados no lixão do Jóquei. Para embasar o debate é preciso, primeiramente, entender os conceitos que serão utilizados.

#### ***3.1 Conceituar para entender a crise ambiental***

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano ou, Conferência de Estocolmo, realizada em junho de 1972 na cidade de Estocolmo, foi a primeira reunião reconhecida internacionalmente voltada as questões ambientais e preservação do meio ambiente. Abriu debate para diversas questões como a capacidade do ser humano de transformar tudo o que o cerca; a proteção e o melhoramento do meio ambiente humano; o

---

<sup>35</sup> Disponível em: <zee-df.com.br> Acesso em 25 de novembro de 2014.

discernimento do homem em transformar sem prejudicar o seu meio ambiente; a consciência da defesa do meio ambiente para as gerações presentes e futuras, entre outras metas.

Desta conferência em diante, o tema meio ambiente vem ganhado cada vez mais foco em debates de todas as áreas; sociais, econômicas e ambientais e a mentalidade em relação a interferência do homem na natureza foi se alterando na medida em que o meio ambiente começou a dar sinal de esgotamento. Antes de aprofundar esse assunto é importante conceituar alguns termos que permearão o trabalho.

A Política Nacional de Meio Ambiente, lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 conceitua meio ambiente, degradação da qualidade ambiental e poluição da seguinte maneira:

[...] entende-se por meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas; por degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente, seja por ação humana (antrópica) ou evento natural (furacão, tsunami, entre outros); por poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos. (BRASIL, 1981).

Fabiano Melo [200-], professor de direito ambiental da Rede de Ensino Luís Flávio Gomes (LFG) traz em sua vídeo aula<sup>36</sup> o conceito de dano ambiental por dois “doutrinadores”, que cabem perfeitamente na discussão deste trabalho. O primeiro conceito trazido e citado por Melo em sua vídeo aula foi o do professor Dr. José Rubens Morato Leite da Universidade Federal de Santa Catarina, ele diz que “dano ambiental é toda lesão intolerável causada por uma ação humana, culposa ou não, que afeta diretamente o meio ambiente; pode essa lesão atingir todo o meio ambiente ou ainda interesses individuais”. Já o advogado Édis Milaré conceitua dano ambiental como sendo a “alteração dos recursos ambientais com a consequente degradação, com alteração adversa do equilíbrio ecológico e da qualidade de vida” (LEITE; MILARÉ, apud MELO, [200-], *on-line*).

O escritor e filósofo Mario Sergio Cortella<sup>37</sup> considera a atual crise como consequência da irresponsabilidade social: “Há pessoas que confundem responsabilidade social com mera etiqueta” (SERGIO, [200-]), ou seja, realizam pequenas atitudes aqui e ali sem um real compromisso com o meio ambiente. Segundo a ISO 26000,

---

<sup>36</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vFQIHMsOZPE>> Acesso em 18 de novembro de 2014.

<sup>37</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-1jFyAP9cMs>> Acesso em 18 de novembro de 2014.

A responsabilidade social se expressa pelo desejo e pelo propósito das organizações em incorporarem considerações socioambientais em seus processos decisórios e a responsabilizar-se pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente. Isso implica um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, que esteja em conformidade com as leis aplicáveis e seja consistente com as normas internacionais de comportamento. (ISO 26000, São Paulo, 2010)<sup>38</sup>

Na declaração da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) no Ambiente Humano, Estocolmo, 5-16 de junho de 1972<sup>39</sup>, o princípio 19 diz:

É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos. (ONU, 1972).

Esse princípio abre caminho para a importância da educação ambiental que foi sancionada no Brasil como parte do processo educativo em 1999 em conformidade com a Lei nº 9.795 de 27 de abril. De acordo com o artº1 desta lei,

[...] entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999)

Prevê ainda, em seus artigos 9º e 10º que todas as instituições de ensino, sejam elas privadas ou públicas, implementem a educação ambiental como uma disciplina específica no currículo de ensino. Outra questão que o princípio 19 da declaração da ONU traz é a importância da mídia na propagação de informações a respeito do meio ambiente. O capital faz campanha compensatória com o intuito de sanar o dano ou ameaça de dano que ele provoca, mas continua produzindo, e a campanha compensatória não tem o alcance social que a produção destrutiva tem.

Os problemas ambientais que foram surgindo ao longo dos anos refletem o modo de produção capitalista, e sua superprodução que lança cada vez mais produtos no mercado, incentivando o consumo e, conseqüentemente, a produção de resíduos. Os debates sobre as questões da crise ambiental ocorridos em diversos encontros internacionais chamaram a

<sup>38</sup> Disponível em: < [http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade\\_social/iso26000.asp](http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp)> Acesso em 23 de agosto de 2015.

<sup>39</sup> “Declaração da Conferência de ONU no Ambiente Humano, Estocolmo, 5-16 de junho de 1972”. Disponível em: <[www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/\\_arquivos/estocolmo.doc](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc)> Acesso em 19 de novembro de 2014.

atenção da sociedade para a necessidade de repensar o consumo a fim de gerir os recursos naturais e “promover a continuidade do crescimento econômico humano sem o comprometimento da permanência da vida na terra” (NASCIMENTO, A.; NASCIMENTO, R.; CAETANO, R.; 2010, *on-line*)<sup>40</sup>. O desenvolvimento sustentável vem justamente “satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”, definição publicada no Relatório de Brundtland em 1987.

### **3.2 Meio Ambiente no Distrito Federal: características e desafios**

O Cerrado é a vegetação predominante do Distrito Federal, sua fauna e flora são bastante diversificadas e as características da vegetação, como as árvores com galhos retorcidos, são bem marcantes. O Distrito Federal, mais particularmente o Plano Piloto, esbanja áreas verdes repletas de beleza, avenida arborizada, balões floridos, jardins e praças entre os prédios, tudo planejado durante sua construção. Mas toda essa exuberância vem sendo constantemente ameaçada pelo desmatamento, queimadas, o crescimento populacional do Distrito Federal, a posse irregular de terrenos, poluição e destinação incorreta dos resíduos.

O Bioma Cerrado é um dos ecossistemas mais ameaçados do planeta e o segundo do Brasil (BRASÍLIA, 2012). O desmatamento é a forma mais devastadora de ameaça ao Cerrado e, além do impacto gerado pelo crescimento populacional inesperado que ocupa desordenadamente os espaços e prejudica a conservação do Cerrado, têm o manejo de terra para o plantio e as queimadas.

A observação empírica e o processo de ocupação contínua pela expansão urbana indicam claramente que, excetuando-se o Parque Nacional, o Parque da Cidade, parte do Jardim Botânico e outros 70 pequenos parques, as áreas do DF estão abertas à ocupação e ao parcelamento cujo controle parece estar fora do alcance da administração pública. (GIOVENARDI, 2015; p.14)<sup>41</sup>.

O Noroeste é uma das obras mais recentes relacionadas à expansão urbana, além da área dos condomínios, dos 17 mil hectares da DF-140 para 900 mil pessoas, e da área recém-prevista em Samambaia para abrigar 90 mil habitantes. Além dessas novas áreas, têm-se ainda a expansão contínua da Ceilândia, do Gama, do Recanto das Emas, do Itapoã e o povoamento

<sup>40</sup> Disponível em: <<http://www.rumosustentavel.com.br/sustentabilidade-como-estrategia-para-o-sucesso-empresarial-um-caso-aplicado-pela-faber-castell/>> Acesso em 20 de novembro de 2014.

<sup>41</sup> Disponível em: <[http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/brasil\\_ia\\_em\\_debate/Brasilia\\_em\\_Debatesite.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/brasil_ia_em_debate/Brasilia_em_Debatesite.pdf)> Acesso em 23 de junho de 2015.

acelerado das margens das rodovias federais e distritais que atravessam o Distrito Federal<sup>42</sup>. As áreas verdes espalhadas pelo Distrito Federal não só são importantes para preservar o Bioma Cerrado e controlar a poluição do ar através da troca de gases, mas também são responsáveis pela drenagem das águas das chuvas e por abastecer os lençóis freáticos devido as raízes profundas e características das árvores do cerrado. “Para isso, é preciso preservar a vegetação do Cerrado que entende de água há milhões de anos” (GIOVENARDI, 2015, p.14). O resultado da não preservação dessas áreas com papéis tão importantes na dinâmica da natureza, foram as enchentes que ocorreram no final de 2014 e inundaram grande parte da Asa Norte; além dos altos índices de queimadas que ocorrem em Brasília durante o período de seca. As queimadas são tão severas que em junho de 2015, o Governo do Distrito Federal (GDF) declarou, por meio do decreto nº 36.548, estado de emergência ambiental no Distrito Federal entre os meses de junho e novembro, que abrangem os períodos de maior seca no estado onde quase não há registro de chuvas, além de prever que os órgãos participantes do Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais executem as medidas necessárias para minimizar as ocorrências e os efeitos dessas queimadas.

Já foi visto anteriormente que a população do Distrito Federal cresceu, e cresce, numa proporção não esperada, e onde quer que essa população se aloque ela vai necessitar de saneamento, vias de acesso e vai usufruir das áreas verdes para se expandir. O crescimento populacional se reflete diretamente no trânsito caótico da cidade. De acordo com a PDAD/DF de 2013, no DF, 66% dos domicílios possuíam automóveis. Dados atualizados do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF) apontam que Brasília conta com uma frota de 1.593.151 veículos<sup>43</sup>, destes, 72% (ou 1.147.007) são automóveis e apenas 1,1% (ou 17.239) são ônibus e micro-ônibus. Vale ressaltar aqui uma questão importante que reflete uma das características de consumo no Distrito Federal. Ultrapassamos a frota de um milhão e meio de veículos na capital no início de 2014 e, no ano de 2013 o IBGE estimou que, dos 2,7 milhões de habitantes da capital, 1,4 milhão eram condutores habilitados, o que significa que, no ano passado, existiam mais carros que motoristas no Distrito Federal<sup>44</sup>.

---

<sup>42</sup> Codeplan. Brasília em Debate – ano 2015 – Edição Especial. p.14. Disponível em: <[http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/brasilgia\\_em\\_debate/Brasilia\\_em\\_Debatesite.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/brasilgia_em_debate/Brasilia_em_Debatesite.pdf)> Acesso em 23 de junho de 2015.

<sup>43</sup> Disponível em: <[http://www.detran.df.gov.br/images/gerest\\_05\\_mairo\\_frota.pdf](http://www.detran.df.gov.br/images/gerest_05_mairo_frota.pdf)> Acesso em 20 de junho de 2015.

<sup>44</sup> Disponível em: <<http://noticias.r7.com/distrito-federal/df-ja-tem-mais-carros-do-que-condutores-habilitados-16022014>> Acesso em 23 de julho de 2015.

Todos esses carros juntos indo, em sua maioria, para o mesmo lugar – no caso o Plano Piloto, devido ao grande número de habitantes que se deslocam para trabalhar no centro, como já foi mostrado anteriormente – no mesmo horário, só pode causar congestionamento, e tamanha quantidade de veículos gera, conseqüentemente, uma grande quantidade de poluição, pois liberam dióxido de carbono (CO<sup>2</sup>), um dos Gases de Efeito Estufa, além do impacto que causam no ar, sendo fonte de diversas doenças respiratórias. Para lidar com o problema da poluição atmosférica, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal (SEMARH), como parte da política de saúde ambiental, elaborou o Sistema de Gestão Integrada da Qualidade do Ar no Distrito Federal no qual estão inseridos o Plano de Controle de Poluição Veicular (PCPV) que tem o objetivo de estabelecer regras de gestão e controle da emissão de poluentes e do consumo de combustíveis de veículos, e o Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso (Programa de I/M) que verifica as desconformidades dos veículos em uso que podem causar o aumento de emissão de poluentes<sup>45</sup>. A forma mais eficiente de reduzir os impactos da poluição causada pelos veículos, é diminuir a quantidade de automóveis individuais e substituí-los por transportes coletivos. No Distrito Federal, o Transporte Urbano do Distrito Federal (DFTRANS) é o responsável, entre outras atribuições, por planejar, controlar e avaliar o transporte público<sup>46</sup>.

Quem vive em Brasília sabe que o governo tem buscado modernizar o transporte público da cidade, mas que os resultados ainda não são eficientes, tanto que, mesmo com o recente aumento no preço da gasolina, a população que possui automóvel ainda prefere utiliza-los a migrar para o transporte público, seja por conta do desconforto de andar em ônibus e metrô superlotados; por falta de opção, pois se escuta relatos diários de pessoas que fazem uso do transporte individual devido ao baixo contingente de ônibus disponíveis na região e da pouca variedade de horários que os mesmos circulam; ou ainda, pelo tempo que se economiza, em alguns casos, utilizando o carro. Em alguns casos por que, para se deslocar para algumas regiões mais distantes, em horários de pico, o transporte público ganha vantagem na questão de tempo de viagem, pois algumas vias do DF contam com faixa exclusiva para ônibus, livrando-os de congestionamentos e economizando até 30 minutos de viagem, segundo dados do DFTRANS; são estas: Estrada Parque Núcleo Bandeirante (EPNB), Estrada Parque Taguatinga (EPTG), W3 Sul, W3 Norte, e o Setor Policial.

---

<sup>45</sup> Disponível em: <<http://www.semarh.df.gov.br/qualiar/Pdf/PCPV%20-%202012.pdf>> Acesso em 24 de julho de 2015.

<sup>46</sup> Disponível em: <<http://www.dftrans.df.gov.br/institucional/apresentacao.html>> Acesso em 22 de junho de 2015.

Outro projeto que visa maior agilidade no tempo de deslocamento, que é um dos fatores de maior relevância quando se decide pelo automóvel invés do ônibus, é o BRT (sigla em inglês que significa Transporte Rápido por Ônibus) Expresso DF, que conta com uma via de uso exclusivo pelos ônibus do BRT e tem capacidade para levar mais passageiros por viagem, pois os ônibus são articulados e biarticulados com capacidade para até 200 pessoas. Segundo os dados do portal BRTBrasil, o tempo de viagem passa a ser reduzido de 90 para 40 minutos. Olhando de fora, o projeto é perfeito, mas para aqueles que usufruem desse sistema não é bem assim. Para a implantação do BRT, as linhas que antigamente faziam o percurso Santa Maria, Gama e Park Way, rota que agora é coberta pelo Expresso DF, foram reduzidas, e a quantidade de ônibus disponíveis no novo sistema não atendem a demanda, o tempo de espera nas estações aumentou, e os ônibus continuam viajando superlotados, ou seja, o resultado até agora não foi satisfatório. Isso provoca o retorno dos carros particulares ao trânsito, tornando o projeto de melhoria do trajeto casa-trabalho obsolecente.

O sistema de transporte público mais eficiente em funcionamento no Distrito Federal é o Metrô DF, mas também tem seus problemas. O metrô liga Brasília – Plano Piloto as regiões de Ceilândia e Samambaia, passando pela Asa Sul, Setor Policial Sul, Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA), Guará, Park Way, Águas Claras e Taguatinga<sup>47</sup>. Realiza viagens rápidas e como sua parada principal é na Rodoviária do Plano Piloto, proporciona acesso às linhas de ônibus para as demais regiões. Nos horários de maior demanda, também viaja superlotado, como os demais transportes públicos da região. A maior deficiência do sistema metroviário é que ele abrange poucas regiões. Existem projetos para a expansão do mesmo até a Asa Norte, mas o desejo é de que o metrô chegue a todas as regiões administrativas, ou ao maior número delas possível.

Outro problema importante a ser levantado em relação a quantidade exorbitante de automóveis presentes no DF, além da poluição gerada pela queima de combustíveis e do trânsito, é a destinação dada a estes quando os mesmos se tornam sucatas, ou são substituídos por modelos mais novos, ou são apreendidos e deixados de lado, ou seja, quando estes carros vão parar nos depósitos. Não foi possível conseguir um dado exato da quantidade de carros que estão no depósito do Detran/DF atualmente, mas sabe-se que o número é bastante elevado. No ano de 2013, o Detran realizou, por determinação do governo, a Operação

---

<sup>47</sup> Disponível em: <<http://www.metro.df.gov.br/estrututa/>> Acesso em 21 de junho de 2015.

Sucata<sup>48</sup> que recolhe carros abandonados pelas ruas do Distrito Federal, o principal motivo para a realização dessa operação foi o crescimento no índice de casos de dengue registrados no Distrito Federal naquele período, que possivelmente estaria sendo agravado por estes veículos abandonados, pois eles se tornam locais propícios para a proliferação do mosquito transmissor da dengue. Além do risco à saúde pública, a deterioração do material ao longo do tempo pode contaminar o solo e o lençol freático<sup>49</sup>, além da enorme quantidade de pneus que são descartados ao longo de todo o período de utilização do veículo, e grande parte desse descarte é realizado de forma indiscriminada, pois encontram-se pneus abandonados em terrenos baldios e acostamentos, sendo uma das principais preocupações dos agentes de saúde, pois acumulam água parada e contribuem com a propagação da dengue.

Até aqui foi apresentado o impacto que o grande índice de veículos no Distrito Federal representa para o meio ambiente, e que este tipo de aquisição tende a aumentar; pois, na visão do especialista em trânsito da Universidade de Brasília (UnB), Paulo César Marques: “O brasileiro tem um poder aquisitivo alto e vai continuar comprando carro”, e o professor da UnB, especialista em Urbanismo, Frederico Flósculo reforça: “Todo mundo quer ter carro. Ninguém quer andar de ônibus. Só anda quem não tem opção”<sup>50</sup>. Outra característica de consumo do brasileiro que merece atenção é a quantidade de aparelhos celulares na região. Dados da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicação) do mês de agosto de 2013, revelam que o Distrito Federal apresenta uma média de dois celulares por habitante<sup>51</sup>, é o maior índice de celular por habitante do país; e o mercado incentiva ainda mais o consumo. É lançado um aparelho novo após o outro, com pequenas diferenças entre eles apenas para que o anterior se torne obsoleto e, muitas vezes, seja descartado estando ainda em boas condições de uso; outro ponto em relação ao descarte prematuro desses materiais é que, quando apresentam algum defeito – não só os celulares, mas os bens em geral – o concerto é preterido à compra de um produto novo.

Cada vez mais os produtos ganham menores tempos de vida úteis, e quando quebram são extremamente difíceis de consertar, afim de cada vez mais impulsionar

---

<sup>48</sup> Disponível em: < <http://noticias.r7.com/distrito-federal/df-no-ar/videos/operacao-sucata-ja-recolheu-311-carros-velhos-das-ruas-06022014> > Acesso em 21 de julho de 2015.

<sup>49</sup> Disponível em: < <http://www.ecycle.com.br/component/content/article/63/3255-residuos-servicos-trasporte-aereo-ferroviario-aquaviario-rodoviario-emissao-gases-poluentes-atmosfera-geracao-residuos-solidos-liquidos-rejeitos-riscos-contaminacao-solo-agua-poluicao-atmosferica-separacao-armazenamento-destinacao-adequada.html> > Acesso em 21 de julho de 2015.

<sup>50</sup> Disponível em: <<http://noticias.r7.com/distrito-federal/df-ja-tem-mais-carros-do-que-condutores-habilitados-16022014>> Acesso em 23 de julho de 2015.

<sup>51</sup> Disponível em: <<http://noticias.r7.com/distrito-federal/df-lidera-ranking-nacional-em-numero-de-linhas-de-celular-por-habitante-29102013>> Acesso em 22 de julho de 2015.



o consumo e a produção, pois sempre sairá mais barato e prático comprar um produto novo, do que conservar ou arrumar o produto antigo. Além é claro, também de sempre o mercado impulsionar modelos novos dos mesmos produtos mudando pequenas coisas, ou dando pequenos retoques, desvalorizando e desmerecendo os produtos antigos que muitas vezes ainda estão em boas condições de uso. (COSTA; IGNÁCIO, 2011, *on-line*).<sup>52</sup>

Para o descarte correto desse tipo de material, o Distrito Federal já conta com pontos de recolhimento de lixo eletrônico (televisores, monitores, computadores, telefones, entre outros) para evitar o descarte incorreto desses materiais que podem oferecer riscos ao meio ambiente, assim como as sucatas de automóveis citadas acima. Não existe uma coleta desse material, a entrega nos pontos de recolhimento é voluntária. “Os lixos eletrônicos geram o que os especialistas chamam de resíduos tóxicos, volumosos e de difícil reciclagem”<sup>53</sup>. Mas o que se questiona aqui não é só o descarte correto desses materiais, mas a necessidade de possuí-los para além do fim ao qual foi primeiramente criado, comunicar-se com outro indivíduo; o aparelho celular carrega consigo um status, aqueles que possuem os modelos mais novos se destacam, ao passo que aquele que se contenta com modelos antigos é estranhado e questionado. E como destaquei logo acima, esse fenômeno não ocorre só com os aparelhos celulares, mas com carros, televisores, roupas, sapatos; é o modismo que dita o momento da aquisição de novos produtos e não o estado de conservação dos bens que estão em uso.

Entretanto, apesar da cínica prática da ‘obsolescência embutida’, assim como de todos os esforços manipulatórios de propaganda, que visam a mesma ‘obsolescência prematura’ por outras vias, não é muito fácil garantir – na escala necessária e com a consistência exigida para torna-la confiável do ponto de vista do capital orientado-para-a-expansão – a motivação para o descarte perdulário de bens perfeitamente utilizáveis, dadas as restrições econômicas dos consumidores individuais, mesmo nos países mais ricos, assim como as demandas conflitantes impostas sobre seus recursos. Desse modo, garantias muito mais seguras devem ser encontradas em escala suficientemente ampla, e numa forma diretamente institucionalizável, de modo que possa prosseguir sem obstáculos o incansável impulso do capital para a frente, combinado com sua tendência a reduzir a taxa de utilização. (MÉSZÁROS, 1930, p.670-1)

É a cultura do ter, e ter sempre mais, alimentada pela sociedade em que vivemos que acredita que o nível de desenvolvimento do país é igual ao nível de consumo do mesmo, só é desenvolvido quem acumula posses. E é compreensível que se acredite nessa visão porque é essa a cultura disseminada pelo capital. O modo de produção capitalista sobrevive do lucro, e para lucrar é preciso vender, e para vender é preciso que exista uma necessidade daquele

<sup>52</sup> Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos%20leitura&artigo\\_id=10794&revista\\_caderno=5](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos%20leitura&artigo_id=10794&revista_caderno=5)> Acesso em 22 de julho de 2015.

<sup>53</sup> Disponível em: <[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/10/11/interna\\_cidadesdf,392775/df-ja-conta-com-13-pontos-de-entrega-para-descarte-de-lixo-eletronico.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/10/11/interna_cidadesdf,392775/df-ja-conta-com-13-pontos-de-entrega-para-descarte-de-lixo-eletronico.shtml)> Acesso em 22 de julho de 2015.

produto e essa necessidade se cria e é alimentada pelo mercado desde a produção da mercadoria, que se torna cada vez menos durável com o passar dos anos, porque é interessante para o capitalista que a mercadoria dure pouco tempo para que se adquira um novo bem tão logo quanto se cria um novo bem. “Cada vez mais se produz e mais se consome, estando à sociedade moderna condenada a um grande ciclo vicioso, onde se deve consumir para produzir e produzir cada vez mais para se consumir” (COSTA; IGNÁCIO, 2011, *on-line*). E é então que se pensa o que é necessário: vestimentas, alimentos, medicamentos são necessários e os outros bens, carros, eletrônicos, joias são desejos do ego? É como separar o que é preciso daquilo que se quer. De forma alguma se pretende aqui disseminar a ideia de acabar com o consumo de “supérfluos”, mas se apenas prolongássemos o tempo de vida dos produtos as consequências já seriam positivas para o meio ambiente. Mas não para o capital, e é por isso que é tão difícil falar de desenvolvimento sustentável num mundo capitalista, porque se não gera lucro não é importante. E é aí que está o atual desafio da sociedade e o grande desafio do Distrito Federal: a gestão de resíduos. Cabe aqui ressaltar a diferença entre resíduos e rejeitos. De acordo com a PNRS artigo 3º, rejeitos são resíduos para os quais ainda não há tecnologia ou viabilidade econômica que permita seu tratamento, reaproveitamento ou reciclagem. Assim, a lei determina que os resíduos sejam encaminhados para tratamento e reciclagem, e que apenas os rejeitos possam ter disposição final em aterros sanitários.

### ***3.3 O maior desafio do Distrito Federal***

Não há dúvidas de que o maior problema enfrentado pelo Distrito Federal é a destinação dos resíduos sólidos urbanos. Tanto que neste mês de junho (2015), em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, as mídias deram foco a este assunto. Os maiores desafios de Brasília em relação ao lixo são: reduzir a quantidade de resíduos produzidos, tanto domiciliar quanto advindos da construção civil, dados da Codeplan<sup>54</sup> afirmam que a capital produz uma média de 2kg de lixo/habitante/dia; conseguir efetivar a separação dos resíduos para um eficiente funcionamento da coleta seletiva; zelar pela segurança dos catadores que trabalham no lixão e aprimorar os locais de trabalho destes trabalhadores e, por fim; finalizar as obras do aterro sanitário prevista pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, lei nº 12.305/2010 para que se dê início ao fechamento do Lixão do Jóquei, que funciona de forma irregular, e recuperação do solo. Fato é que esses objetivos só serão alcançados por meio de informação e conscientização da população quanto a sua participação nesse processo, modificando seu

---

<sup>54</sup> Codeplan. Brasília em Debate – ano 2012 – nº 1. p.33. Disponível em: <[http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/brasilgia\\_em\\_debate/Brasilia\\_em\\_Debatesite.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/brasilgia_em_debate/Brasilia_em_Debatesite.pdf)> Acesso em 19 de junho de 2015.

padrão de consumo e; cobrando o papel do Estado em prol de uma (re)educação ambiental em prol da qualidade e durabilidade dos produtos prevista na Agenda 21 em contrapartida a obsolescência programada.

### **3.3.1 Os Resíduos Sólidos**

O Distrito Federal é o maior produtor de composto orgânico e possui o maior lixão a céu aberto da América Latina. Todo o lixo produzido na capital é destinado ao Lixão do Jóquei, que fica próximo ao Plano Piloto, entre o Parque Nacional de Brasília e a Cidade Estrutural. São cerca de 2.500 toneladas por dia de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e entre 6.000 e 8.000 toneladas/dia de resíduos da construção civil, excetuando os Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS), eletroeletrônicos e pneumáticos (BRASÍLIA, 2015, p.15)<sup>55</sup>. O Serviço de Limpeza Urbana (SLU) é uma autarquia vinculada à secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, e é o responsável por “supervisionar, controlar e fiscalizar a execução dos serviços de limpeza urbana do Distrito Federal [...] e a destinação final sanitária do lixo coletado” (BRASIL. Decreto nº 35.972, de 04 de novembro de 2014, art. 1º, V e VI).

O Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Distrito Federal – PDRS, Decreto nº 29.399, de 14 de agosto de 2008, que regulamenta a Lei nº 3.232, de 03 de dezembro de 2003, referente à Política Distrital de Resíduos Sólidos, pautado sobre os princípios de sustentabilidade, tem como objetivo, e aqui ressalta-se os objetivos considerados por mim como os mais urgentes,

[...] reduzir a geração de resíduos sólidos e incentivar o consumo sustentável; minimizar os impactos ambientais e sociais causados pela disposição inadequada de resíduos sólidos, valorizando a dignidade humana e erradicando o trabalho infanto-juvenil; incentivar a coleta seletiva, a reutilização e a reciclagem. (Decreto nº 29.399, de 14 de agosto de 2008, art. 3º, III, IV e V).

O PDRS visa também coletar, tratar e destinar de forma final 100% dos resíduos gerados no Distrito Federal, além de prover infraestrutura moderna para tal tratamento (idem, art. 6º, I e II). O sistema de coleta seletiva é fundamental para se alcançar esses objetivos. É por meio dela que se recolhem os materiais recicláveis (papel, plástico, vidro e metal) que não devem ser misturados ao lixo comum, ou seja, a coleta seletiva se inicia com a separação dos materiais em orgânicos e inorgânicos para em seguida, com a disposição correta, encaminhar esses materiais para o reaproveitamento e a reciclagem. Os benefícios desse sistema são tanto ambientais, como é de se esperar, quanto sociais, educacionais, econômicos e culturais, pois

<sup>55</sup> Disponível em: < [http://www.df.gov.br/images/agencia\\_brasilia/2015/04-ABRIL/Relatorio\\_diagnostico\\_residuos\\_solidos\\_SLU\\_2014.pdf](http://www.df.gov.br/images/agencia_brasilia/2015/04-ABRIL/Relatorio_diagnostico_residuos_solidos_SLU_2014.pdf)> Acesso em 21 de julho de 2015.

além de diminuir a quantidade de resíduos descartados em aterros sanitários, promove a geração de trabalho e renda aos catadores de materiais reciclados; estimula a mudança de hábitos e valores no que diz respeito à proteção ambiental, conservação da vida e desenvolvimento sustentável; reduz os gastos com aterramento de resíduos e com a limpeza pública e; cria novas práticas de separação dos resíduos<sup>56</sup>.

Desde fevereiro de 2014, todas as regiões administrativas do Distrito Federal são atendidas pelo serviço de coleta seletiva. O “caminhão verde” da coleta seletiva do GDF passa pelas regiões em dias alternados para que seja possível atender 100% das residências do Distrito Federal, meta que foi alcançada em fevereiro (mas, devido ao resultado ineficaz do serviço nas áreas rurais, este serviço deixou de ser disponibilizado para esta região). Já a coleta convencional que era feita diariamente nas áreas residenciais, passou por mudanças e também acontece em dias alternados, enquanto nos comércios a coleta continua sendo periódica.

Apesar de implantada a coleta seletiva pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, o aproveitamento dos resíduos após o processo de triagem ainda é muito baixo. A maioria dos materiais levados ao centro de triagem, local para onde são encaminhados os resíduos da coleta seletiva para que estes sejam separados de acordo com a tipologia, para depois serem prensados e comercializados para as indústrias recicladoras<sup>57</sup>, chegam misturados entre resíduos recicláveis e resíduos indeterminados, o rejeito durante o processo de seleção dos materiais chega a ser de 70%<sup>58</sup>. É por esse motivo que é necessária a conscientização da população quanto ao seu papel no processo de reciclagem do lixo, pois o primeiro passo para o sucesso da coleta seletiva se inicia nas residências fazendo a separação correta entre o lixo seco e o lixo molhado. Outro fator que também corrobora com as precárias condições existentes na separação dos materiais recicláveis é a rejeição dos materiais de baixo valor no mercado pelos catadores, como: sacolas plásticas de supermercados, sacos para lixo, embalagens de vidro, embalagens longa vida, entre outros<sup>59</sup>. Também é preciso realizar um trabalho de conscientização com os catadores, pois apesar de estarem presentes ativamente no processo de reciclagem, é possível que estes não compreendam a importância de seu trabalho

---

<sup>56</sup> Disponível em: < <http://www.slu.df.gov.br/gestao-de-residuos/coleta-seletiva.html> > Acesso em 21 de julho de 2015.

<sup>57</sup> Idem nota de rodapé nº56.

<sup>58</sup> Codeplan. Brasília em Debate – ano 2015 – Edição Especial. P.39. Disponível em: <[http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/brasilgia\\_em\\_debate/Brasilia\\_em\\_Debatesite.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/brasilgia_em_debate/Brasilia_em_Debatesite.pdf)> Acesso em 23 de junho de 2015.

<sup>59</sup> Idem nota de rodapé nº 58.

para o desenvolvimento sustentável. “A falta de locais apropriados para o recebimento, manuseio e comercialização dos resíduos recicláveis realizados pelos catadores, também impede um melhor aproveitamento dos resíduos recicláveis” (CAMPOS; GOMES, 2015, p.39)<sup>60</sup>. A falta de dados técnicos e quantitativos, e a baixa adesão ao sistema de coleta pela população em algumas regiões devido à pouca divulgação de campanhas publicitárias para a conscientização da massa, têm sido um empecilho no processo de aprimoramento da coleta seletiva e os motivos pelos quais os objetivos para o primeiro ano do projeto não foram atingidos. Das 270 toneladas/dia que se esperava coletar, apenas 175 toneladas/dia foram efetivamente coletadas no primeiro ano do sistema de coleta seletiva em todo o Distrito Federal, média bem abaixo da expectativa (Ibid., p. 40). Pode parecer simples a ideia de separação dos resíduos para um efetivo processo de reciclagem, mas a experiência com o assunto me permite dizer que existe uma resistência inconsciente das pessoas em agir dessa maneira, principalmente as gerações mais antigas que não estão habituadas a ideia de poupar recursos, por isso a importância da insistência dos meios de comunicação em disseminar esse hábito, e do Estado em reforçar e cobrar das escolas a educação ambiental prevista no art.225 da Constituição Federal de 1988, para que os filhos possam ensinar os pais a adotarem estes ensinamentos como estilo de vida.

Recentemente, no dia 29 de maio de 2015, através do Decreto nº 36.528, o governo declarou situação de emergência e de perigo no âmbito da Limpeza Pública do Distrito Federal a fim de acelerar o encerramento das atividades irregulares do Lixão do Jóquei, que será substituído pelo Aterro Sanitário Oeste, em Samambaia que já deveria ter iniciado suas atividades em maio de 2014. Enquanto ainda está em funcionamento, é no lixão da estrutural que se encontram a maior parte dos catadores de materiais e dos centros de triagem, e é para lá que são destinados os resíduos da coleta seletiva para que estes sejam selecionados, prensados, enfardados e comercializados.

Apresentou-se até aqui políticas governamentais preocupadas com a crise ambiental e em busca de reverter essa situação ainda que paulatinamente, mas e a população, como interage com o meio ambiente? Os hábitos de consumo já foram levantados, e neste ponto trago a relação direta do brasiliense com o ambiente, sua postura e conscientização, e por que não, sua culpa. Os “sujões” são responsáveis por 25% dos gastos públicos voltados apenas para a “varreção” das ruas; esse foi o dado recentemente divulgado pelo Correio Brasiliense

---

<sup>60</sup> Idem nota de rodapé nº 58.

em entrevista com a diretora do SLU, Kátia Campos<sup>61</sup>, parte desse valor está sendo retirado das verbas que iriam para saúde, educação e segurança. “O papel das pessoas pesa em 80% da limpeza urbana”, conscientizar a população disso é difícil, e diante desse problema, a diretora propôs um aumento de 40% na taxa de limpeza pública (TLP). Será possível que só mexendo com o bolso o ser humano toma consciência dos seus atos?

Não há como gerir, de forma eficiente, os resíduos e rejeitos sem que a sociedade esteja informada e instruída sobre sua separação seletiva. É em busca dessa educação que tem caminhado os gestores de meio ambiente, pois sempre há potencial nos resíduos recicláveis, principalmente na geração de emprego e renda aos catadores.

### **3.3.2 Cooperativa de catadores**

A situação dos catadores que trabalham no Lixão do Jóquei é muito precária, tanto que nesse primeiro semestre de 2015 já ocorreram dois acidentes fatais e muito próximos um do outro. As medidas tomadas para garantir as condições de segurança no lixão foram determinadas pela Instrução Normativa nº 36, de 25 de maio de 2015, publicada no *Diário Oficial do Distrito Federal* impôs algumas regras como: os catadores de material reciclável — ou seja, as pessoas físicas de baixa renda que se dedicam às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis<sup>62</sup> —, as empresas que prestam serviço no Lixão do Jóquei e as pessoas que não trabalham no Serviço de Limpeza Urbana terão de se identificar para ter acesso ao local; haverá registro de ingresso e saída de todos os catadores; fica proibida a entrada e permanência de crianças e adolescentes no local bem como o acesso e a circulação de caminhões com pessoas apoiadas na carroceria; e está proibida também a disposição de resíduos em lugar inadequado — nesse caso, haverá penalidade para quem infringir a norma. Outra mudança importante foi em relação ao descarte de alimentos vencidos ou prestes a vencer, que a partir de agora só poderão entrar no lixão se estiverem triturados ou não puderem ser consumidos (PÁDUA, 2015, *on-line*)<sup>63</sup>. O GDF criou, no mês de abril deste ano, por meio do Decreto nº 36.437 de 2 de abril de 2015, publicada no *Diário Oficial do DF*, um

<sup>61</sup>

Disponível

em:

<[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/07/22/interna\\_cidadesdf,491390/entrevista-e-humilhante-a-capital-conviver-com-lixao-diz-diretora-d.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/07/22/interna_cidadesdf,491390/entrevista-e-humilhante-a-capital-conviver-com-lixao-diz-diretora-d.shtml)> Acesso em 23 de julho de 2015.

<sup>62</sup> Presidência da República, Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010 – parágrafo único. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm)> Acesso em 26 de junho de 2015.

<sup>63</sup> Disponível em: <<http://www.slu.df.gov.br/noticias/item/2192-slu-pro%C3%ADbe-descarga-de-alimentos-vencidos-no-lix%C3%A3o-do-j%C3%B3quei.html>> Acesso em 23 de junho de 2015.

grupo de trabalho<sup>64</sup> que tem como finalidade elaborar e executar um plano de intervenção para acabar com as atividades irregulares praticadas no Lixão do Jóquei, e as medidas de segurança acima citadas são resultado dos planos elaborados para encerrar as atividades do lixão. Com o fechamento do lixão e efetivo funcionamento do aterro sanitário, o trabalho nas cooperativas será intensificado e é preciso pensar em melhorias quanto a estrutura desses locais, uma vez que a falta de infraestrutura também é um dos grandes vilões no avanço das melhorias das condições de trabalho dos catadores. O Distrito Federal conta com treze centros de triagem: CENTICOP, ACOPLANO, CRV, CONSTRUIR, COOPATIVA, COORTRAP, ARCAN, localizados em Brasília - Plano Piloto; COOPERDIFE em Sobradinho; CATAMARE, APCORC, CATAGUAR em Ceilândia; VIDA NOVA em Santa Maria e FUNDAMENTAL em Planaltina<sup>65</sup>. A reportagem sobre catadores de materiais recicláveis divulgada na Revista Brasília em Debate, não especifica quais, mas comenta sobre a estrutura dos centros de triagem de resíduos do Distrito Federal: duas são mecanizadas, com condições adequadas de segregação, prensagem e enfardamento; três possuem apenas esteira; e as demais operam manualmente, em bancadas fixas ou no chão utilizando-se de sacos para separação dos resíduos. A estrutura precária faz com que apenas os materiais de grande porte sejam aproveitados no momento da catação, lançando ao lixão todos os outros resíduos que também poderiam ser reciclados, aumentando a quantidade de rejeitos. As melhorias são necessárias, pois, o funcionamento eficiente dos centros de triagem garante o funcionamento correto do aterro sanitário, e é preciso pensar nessa relação antes que se inicie o funcionamento do aterro, pois, se prosseguir dessa maneira, haverá muitos problemas a serem contornados. O Programa Pró-Catador, instituído pelo Decreto Federal nº 7.405/2010<sup>66</sup> já previa muitas dessas melhorias nas condições de trabalho e na infraestrutura, mas só neste ano estão se efetivando essas ações, sobretudo devido a pressa em encerrar as atividades no Lixão da Estrutural.

Os catadores são atuantes ativos em prol da qualidade do meio ambiente e merecem reconhecimento e efetivação nas melhorias de condições de trabalho, pois cumprem papel decisivo no processo de reciclagem de resíduos e, veem nestes produtos descartados uma fonte de renda, dando valor ao que foi desvalorizado por outrem. Todavia, seu trabalho

---

<sup>64</sup> Disponível em: <<http://www.df.gov.br/conteudo-agencia-brasilia/item/19020-grupo-de-trabalho-inicia-a%20es-para-desativar-o-lix%C3%A3o-do-j%C3%B3quei.html>> Acesso em 24 de junho de 2015.

<sup>65</sup> Disponível em: <<http://www.slu.df.gov.br/gestao-de-residuos/centros-de-triagem-no-df.html>> Acesso em 26 de junho de 2015.

<sup>66</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm)> Acesso em 26 de junho de 2015.

localiza-se na ponta de um sistema de produção, de modo precário, para atender às necessidades do capital, conforme salienta Ana Elisabete Mota (2002). Ela explica que a indústria de reciclagem tem o papel de “transformar as sequelas do processo de destruição ambiental em um novo objeto da produção mercantil” (MOTA, 2002, p.10), e no cenário de degradação ambiental pelo qual estamos passando a “catação” ganhou ainda mais importância, contudo, apesar de integrar o trabalho do catador de lixo ao processo geral de produção dos reciclados, as indústrias de reciclagem os desconhecem como partícipes do seu processo de trabalho. Os catadores de lixo são transformados em “produtores de mercadorias” privados dos meios de proteção legais e institucionais relacionados ao seu estatuto de trabalhador, pois, considerados autônomos, têm a compra e venda da força de trabalho camuflada pela compra e venda de mercadorias. “O trabalhador da rua materializa na sua atividade um trabalho duplamente explorado, pelas empresas de reciclagem e reciclados e pelo próprio Estado” (Ibid., p.19). O Estado justifica essa apropriação do trabalho dos catadores como uma “política social voltada para a estimulação do emprego e da renda das famílias pauperizadas, como é o caso dos que vivem da ‘catação do lixo’” (Ibid., p.20).

As empresas que viabilizam o processo de transformação do lixo em mercadoria, sob o discurso de otimização dos serviços públicos de limpeza urbana, da educação ambiental ou implementação de políticas voltadas para o trabalho e renda, têm o interesse de se apropriar “não da mercadoria reciclável, mas do trabalho do catador de lixo” (Ibid., p.20). Essas empresas justificam suas ações com o discurso de que, é necessário garantir ocupação e renda para aqueles que precisam desse trabalho de coleta de materiais recicláveis para sobreviverem. “Contudo, está fora desse discurso o fato daquelas instituições serem protagonistas da apropriação do trabalho não pago destes trabalhadores” (Ibid., p.21). No final das contas os catadores não escolhem as condições de venda das mercadorias que eles produzem. O trabalho desses catadores e a criação de cooperativas e centro de triagem são mais uma das estratégias do capital para dar conta das

[...] contradições da produção destrutiva, transformando em matéria prima alguns componentes típicos da estratégia de redução do tempo de uso das mercadorias e da produção de ‘descartáveis’, [...] [é o capital transformando] em acumulação de riqueza o que antes era obstáculo à lucratividade. (Ibid., p.15).

A fragilidade do trabalho de catação decorre das condições precárias de trabalho, da baixa remuneração, rotina exaustiva e intensa de produção, do baixo nível de escolaridade desses catadores que corrobora para a manutenção dessa situação de vulnerabilidade, além da



visão errônea de que esse trabalho é um meio de inclusão social na medida em que gera ocupação e renda para essas pessoas que sobrevivem da coleta de materiais recicláveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a pesquisa concluída, confirmou-se com convicção a hipótese inicial de que existe relação entre a crise ambiental e o modo de produção capitalista, que a sociedade do consumo regida pelo capital é constantemente incentivada a consumir, pois é dessa forma que o capital se reproduz, e que este consumo gera impactos negativos ao meio ambiente, pois é necessário extrair matéria-prima para o capital produzir seus produtos e, se o consumo aumenta a produção de resíduos tende a aumentar.

O mundo está inserido num modelo de crescimento social e econômico que tem como pilar o capitalismo, portanto, produção e consumo estão diretamente ligados entre si. O mercado capitalista teve sua explosão com a Revolução Industrial, no século XVIII, e desde então a glória está em ter sempre mais, o que leva ao consumo desenfreado e impensado, que, por sua vez, esgota os recursos naturais em proveito da demanda de produção para oferta do consumo.

As características de consumo dos brasilienses não são diferentes das demais regiões, pois a cultura do ter está intrínseca a sociedade capitalista em que estamos inseridos, mas a aquisição de bens na capital sempre está em posição de destaque quando comparada com outras capitais do país. Pode-se afirmar que tal fato se deva as condições de renda da população, ao estilo urbano, à quantidade de servidor público e inexistência de outras atividades que não o comércio direcionado aos produtos e serviços urbanísticos. Brasília foi construída pensando em viabilidade política e econômica, logo não há, culturalmente, a filosofia interiorana, pois é grande por natureza.

Mostrou-se que, no Distrito Federal, as principais formas de manifestação da crise, levando em consideração o recorte que foi dado a pesquisa, que abordou os indicadores que se destacaram em termos quantitativos; são o volume de veículos presentes na capital que ultrapassa a quantidade de motoristas habilitados; a quantidade de aparelhos celulares por habitantes que possui o maior índice do país, e a gestão de resíduos que ainda é depositado, de forma criminosa, no Lixão do Jóquei, pois este já deveria estar inativo há muito tempo. Deve-se ressaltar, que existem outros elementos desafiadores relacionados às manifestações da crise ambiental na capital para além destes que foram mencionados e problematizados neste trabalho, que abrem caminho para novas pesquisas.

O governo tem se movimentado em relação a estas manifestações: fez melhorias no transporte público do DF para incentivar a uso do transporte coletivo e assim melhorar o

deslocamento na cidade e reduzir impactos ambientais, mas não obteve resultados satisfatórios, pois o transporte público ainda é ineficiente; disponibilizou, em parceria com o Serviço de Limpeza Urbana, treze pontos de recolhimento de lixo eletrônico para que o descarte de materiais, como os aparelhos celulares, sejam feitos de maneira correta reduzindo o risco de contaminação do meio ambiente; e tem implantado medidas urgentes na tentativa de efetivar o fechamento do lixão da estrutural.

[...] o consumo está preenchendo, entre nós, uma função acima e além daquela de satisfação de necessidades materiais e de reprodução social comum a todos os demais grupos sociais. [...] consumir e utilizar elementos da cultura material como elemento de construção e afirmação de identidades, diferenciação e exclusão social são universais. (BARBOSA, 1949, p.12-14).

Fato é que todo o debate levantado por esta pesquisa é um reflexo inevitável do modo de produção capitalista que rege a sociedade. O que se pode, ou melhor, se deve fazer é educar os seres humanos, em todas as instâncias, sobre sua influência e seu papel de gestor do meio ambiente. Mézáros (1930) faz uma reflexão a respeito da relação da humanidade com a natureza, ele diz que precisamos ser fieis não somente às leis feitas pelos homens, mas, sobretudo, às leis da natureza que são “o substrato objetivo de nossa própria existência”.

Contudo, essa é a relação que, em nosso tempo, vem sendo violada pelo capital de todas as maneiras possíveis, ignorando irresponsavelmente as consequências. Não é preciso ter uma apreensão profética para entender que a cruel violação da base da existência humana não pode continuar indefinidamente (MÉSZÁROS, 1930, p.27).

A fala de Mézáros é uma previsão feita no século passado e descreve muito bem o cenário em que vivemos atualmente, o que significa que há muito tempo tem-se ciência das consequências da produção destrutiva do capital na natureza e, no entanto, apenas recentemente, as medidas para reverter (ou amenizar) a crise ambiental estão sendo efetivamente realizadas.

Enquanto reinar o capitalismo sempre haverá incentivo ao consumo. Basta assistir/ouvir as mídias para ter prova disso. Mesmo diante da crise econômica que atinge o Brasil neste momento e ao enorme contingente de veículos que, não só Brasília, mas outras cidades brasileiras possuem, as concessionárias se desdobram em promoções e ofertas como forma de incentivar a compra de automóveis, e este é só um exemplo.

O presente trabalho focou nas manifestações da crise ambiental e em provar a influência determinante do modo de produção capitalista nesse contexto, e serve de base para futuras pesquisas voltadas à atuação do profissional de serviço social no âmbito da educação ambiental, pois consta no Código de Ética do/a Assistente Social (Lei nº 8.662 de 1993),

art.2º a participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais como direito do/a assistente social. O art.3º determina como dever do/ assistente social participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades. Com base nesses artigos nota-se a importância do trabalho do assistente social frente a essas demandas, no desenvolvimento de projetos a serem aplicados com pessoas e comunidades dentro do atual contexto de crise.

Concluo meu trabalho com a inteligentíssima frase dita pelo jornalista e escritor uruguaio, Eduardo Hughes Galeano: “Se a natureza fosse um banco, já a teriam salvo”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CIDADE É UMA SÓ?. (2011). Produção de Adirley Queirós e André Carvalheira. Brasília: 400 filme. 73 min. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=w-m\\_6JnpzKs](http://www.youtube.com/watch?v=w-m_6JnpzKs)> Acesso em: 25 setembro de 2015.

BARBOSA, L. (1949). Sociedade de consumo. Rio de Janeiro, Editora Zahar 2010.

CORREIO BRASILIENSE ESPECIAL. (2014). Especial Estrutural. “Um problema estrutural”. Disponível em: <<http://www.correiobraziliense.com.br/especiais/lixao-da-estrutural/>> Acesso em: 23 novembro de 2014.

CORTELLA, Mario Sergio. “Repensando a Ética e a Responsabilidade Social nas organizações” Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-1jFyAP9cMs>> Acesso em: 18 novembro de 2014.

### DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

\_\_\_\_\_. (2008) BRASÍLIA. DECRETO Nº 29.399, DE 14 DE AGOSTO.

\_\_\_\_\_. (2014) BRASÍLIA. DECRETO Nº 35.972, DE 04 DE NOVEMBRO.

\_\_\_\_\_. (2015) BRASÍLIA. DECRETO Nº 36.437, DE 02 DE ABRIL.

\_\_\_\_\_. (2015) BRASÍLIA. DECRETO Nº 36.528, DE 29 DE MAIO.

\_\_\_\_\_. (2015) BRASÍLIA. DECRETO Nº 36.548, DE 15 DE JUNHO.

FECOMÉRCIO. (2014). Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista e Serviços de Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal. set. 2014. Instituto Fecomércio-DF/Sebrae-DF

### GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

\_\_\_\_\_. (2009) BRASÍLIA (Estado). Tribunal de Contas do Distrito Federal. **Auditoria Operacional no Serviço de Limpeza Urbana do DF. Relatório (versão completa).**

\_\_\_\_\_. (2010) BRASÍLIA (Estado). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Comunicado do Ipea Nº 44 Brasília: Impactos Econômicos da Capital no Centro-Oeste e no País.**

\_\_\_\_\_. (2012) BRASÍLIA (Estado). Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. **Plano de Controle de Poluição Veicular – PCPV/DF.**

\_\_\_\_\_. (2012) BRASÍLIA (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento. **Produto Interno Bruto do Distrito Federal 2012.**

\_\_\_\_\_. (2013) BRASÍLIA (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio – Distrito Federal – PDAD/DF.**

\_\_\_\_\_. (2013) BRASÍLIA (Estado). Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal – PED/DF. Resultados: set. 2013.**

\_\_\_\_\_. (2014) BRASÍLIA (Estado). Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Delimitação do Espaço Metropolitano de Brasília (Área Metropolitana de Brasília).**

\_\_\_\_\_. (2014) BRASÍLIA (Estado). Confederação Nacional da Indústria. **Perfil da Indústria nos Estados 2014. – ed. rev. p. 172-7.**

\_\_\_\_\_. (2015) BRASÍLIA (Estado). Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Brasília em Debate. Edição Especial 2015. “Questões Ambientais”.**

\_\_\_\_\_. (2015) BRASÍLIA (Estado). Departamento de Trânsito do Distrito Federal. **Frota de Veículos Registrados no Distrito Federal. maio 2015.**

\_\_\_\_\_. (2015) BRASÍLIA (Estado). Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Mercado de Trabalho Distrito Federal – PED/DF. Resultados: abr. 2015.**

\_\_\_\_\_. (2015) BRASÍLIA (Estado). Instituto Fecomércio/DF. **Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista e Serviços de Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal. março/2015.**

\_\_\_\_\_. (2015) BRASÍLIA (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão. **Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal - Idecon/DF 4º Trimestre de 2014.**

#### GOVERNO FEERAL

\_\_\_\_\_. (2013) BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Tempo de Deslocamento Casa-Trabalho no Brasil (1992-2009): Diferenças Entre Regiões Metropolitanas, Níveis de Renda e Sexo.** Ipea.

\_\_\_\_\_. (2014) BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da População Residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2014.** IBGE.

MARX, K. (1818-1883). O capital: crítica da economia política. São Paulo, Editora Abril Cultural 1984.

\_\_\_\_\_. (1818-1883). O capital: crítica da economia política. v.1-2. São Paulo, Editora Abril Cultural 1983.

MELO, Fabiano. [200-]. “Prova Final - Responsabilidade Civil Ambiental” Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vFQIHMsoZPE>> Acesso em: 18 novembro de 2014.

MÉSZÁROS, I. (1930). O desafio e o fardo do tempo histórico: O socialismo no século XXI. São Paulo, Editora Boitempo 2007.

MÉSZÁROS, I. (1930). Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. István Mészáros; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo, Editora Boitempo 2011.

MIRAGAYA, Júlio. (2014). A indústria, o DF e seus mitos. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/noticias/artigos/item/3058-a-ind%C3%BAstria-o-df-e-seus-mitos.html>> Acesso em: 27 de agosto de 2015.

MOTA, A. E. (2002). Entre a rua e fábrica: reciclagem e trabalho precário. Temporalis, ABEPSS, Brasília, ano 3, n. 6.

NETTO, J. e BRAZ, M. (2008). Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo, Editora Cortez.

OLIVEIRA, M. (200-?). Distribuição Espacial Da População No Distrito Federal. Características Dos Movimentos Migratórios Inter-Regionais. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/public\\_dis\\_es\\_p\\_pop.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/public_dis_es_p_pop.pdf)> Acesso em 2 de junho de 2015.

PAVIANI, A. (1991). A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília. Brasília, Editora UnB.

\_\_\_\_\_. (2003) e GOUVÊA, L.A. Brasília: controvérsias ambientais. (orgs.) Brasília, Editora UnB.

\_\_\_\_\_. (2010). Brasília 50 anos: da capital a metrópole. (orgs.) [et al.] Brasília, Editora UnB.

SENADO FEDERAL.

\_\_\_\_\_. [200-] PONTUAL. Helena Daltro. “Brasília tem 2,6 milhões de habitantes e a maior renda 'per capita' do país”. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasilia50anos/not01.asp>> Acesso em: 4 de junho de 2015.

SILVA, Maria Lucia. (2009). Trabalho e população em situação de rua no Brasil. São Paulo, Editora Cortez.

VESENTINI, José W. (1986). A capital da geopolítica. São Paulo, Editora África S.A. p. 82; 165-7.